

Armac Locação, Logística e Serviços S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos os resultados do ano consolidado de 2024 da Armac. Nosso modelo de negócio tem como objetivo colocar nosso conhecimento em manutenção e operação de máquinas pesadas a serviço de nossos clientes, trazendo eficiência a partir da redução do tempo ocioso das máquinas e gerando grandes ganhos na execução da manutenção e da operação. Agradecemos a confiança depositada por clientes, fornecedores e parceiros financeiros. Reforçamos nosso compromisso em servir a sociedade e a todos os stakeholders com responsabilidade e eficiência.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Frota de Locação (# de equipamentos)	10.206	11.247	10,2%	10.206	11.247	10,2%
CAPEX	575,9	705,6	22,5%	121,3	71,7	(40,9%)
Receita Bruta	1.493,8	1.951,3	30,6%	437,7	518,7	18,5%
Receita bruta de locação	1.382,8	1.742,0	26,0%	403,0	443,3	10,0%
EBITDA Locação	605,9	689,0	13,7%	166,5	165,3	(0,7%)
% receita líquida de locação	48,5%	44,2%	-4,3 p.p.	45,7%	41,6%	-4,1 p.p.
EBITDA	640,7	726,5	13,4%	175,2	179,9	2,7%
% receita líquida	47,1%	41,1%	-5,9 p.p.	43,9%	39,1%	-4,8 p.p.
Lucro Líquido	163,3	175,6	7,6%	45,8	11,3	(75,3%)
% receita líquida	12,0%	9,9%	-2,1 p.p.	11,5%	2,4%	-9,1 p.p.
Lucro Líquido Caixa ¹	309,7	349,6	12,9%	83,6	66,9	(19,9%)
Dívida Líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%	1.320,5	1.748,9	32,4%
Dívida Líquida / EBITDA UDM	2,06x	2,36x	0,30x	2,06x	2,36x	0,30x
ROIC ²	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.

¹ Exclui: (i) o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões, correspondente a R\$ 22,4 milhões pós imposto de renda e contribuições e (ii) o imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) os impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal.

² ROIC calculado utilizando o EBIT dos últimos doze meses.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como uma Companhia listada no Novo Mercado, a ARMAC está comprometida com o maior padrão de governança corporativa do mercado brasileiro. O amadurecimento da Companhia, a partir da implantação das melhores práticas de governança é essencial para que possamos servir cada vez melhor a todos os nossos stakeholders. No início de 2024, nossa governança era composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Comitê de Auditoria e Riscos.

CAPITAL HUMANO

A cultura e o compromisso de nossas equipes e lideranças são as maiores vantagens comparativas da ARMAC. Investimos continuamente para expandir essas vantagens a partir da formação de cada vez mais mecânicos, motoristas, operadores, engenheiros e administradores que se identificam com nossa cultura. Nossa liderança é formada por profissionais que contam com o apoio da ARMAC para se desenvolverem e estarem à altura dos novos desafios de suas carreiras.

SUSTENTABILIDADE

Nosso modelo de negócio está totalmente alinhado aos princípios da economia circular e do compartilhamento, e gera eficiência às cadeias onde estamos atuando por meio da redução das horas ociosas dos equipamentos e da gestão cuidadosa da manutenção. Além disso, acreditamos que nosso modelo de negócio é o motor de uma grande transformação social para profissionais da linha de frente. Oferecemos programas de formação integral, nos quais os colaboradores participantes dedicam-se exclusivamente à formação após entrarem na ARMAC. Desenvolvemos planos de carreira de Mecânicos com treinamentos presenciais e remotos.

Resultados 4T24

Barueri, 24 de março de 2025. A ARMAC (Armac Locação, Logística e Serviços S.A. – B3: ARML3) anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2024 (4T24). As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados consolidados e em Reais.

DESTAQUES ANUAIS CONSOLIDADOS

Receita Bruta

R\$ 1.951,3 milhões

+30,6% vs. 2023

CAPEX

R\$ 705,6 milhões

+22,5% vs. 2023

Frota de Locação

11.247 equipamentos

Valor da Frota Total: R\$ 3,1 bi

EBITDA

R\$ 726,5 milhões

+13,4% vs. 2023

Lucro Líquido

R\$ 175,6 milhões

+7,6% vs. 2023

Alavancagem

2,36x (Dívida Líquida/EBITDA)

+0,30x vs. 2023

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Frota de Locação (# de equipamentos)	10.206	11.247	10,2%	10.206	11.247	10,2%
CAPEX	575,9	705,6	22,5%	121,3	71,7	(40,9%)
Receita Bruta	1.493,8	1.951,3	30,6%	437,7	518,7	18,5%
Receita bruta de locação	1.382,8	1.742,0	26,0%	403,0	443,3	10,0%
EBITDA Locação	605,9	689,0	13,7%	166,5	165,3	(0,7%)
% receita líquida de locação	48,5%	44,2%	-4,3 p.p.	45,7%	41,6%	-4,1 p.p.
EBITDA	640,7	726,5	13,4%	175,2	179,9	2,7%
% receita líquida	47,1%	41,1%	-5,9 p.p.	43,9%	39,1%	-4,8 p.p.
Lucro Líquido	163,3	175,6	7,6%	45,8	11,3	(75,3%)
% receita líquida	12,0%	9,9%	-2,1 p.p.	11,5%	2,4%	-9,1 p.p.
Lucro Líquido Caixa ¹	309,7	349,6	12,9%	83,6	66,9	(19,9%)
Dívida Líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%	1.320,5	1.748,9	32,4%
Dívida Líquida / EBITDA UDM	2,06x	2,36x	0,30x	2,06x	2,36x	0,30x
ROIC ²	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.	18,8%	18,5%	-0,4 p.p.

¹ Exclui: (i) o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões, correspondente a R\$ 22,4 milhões pós imposto de renda e contribuições e (ii) o imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) os impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal.

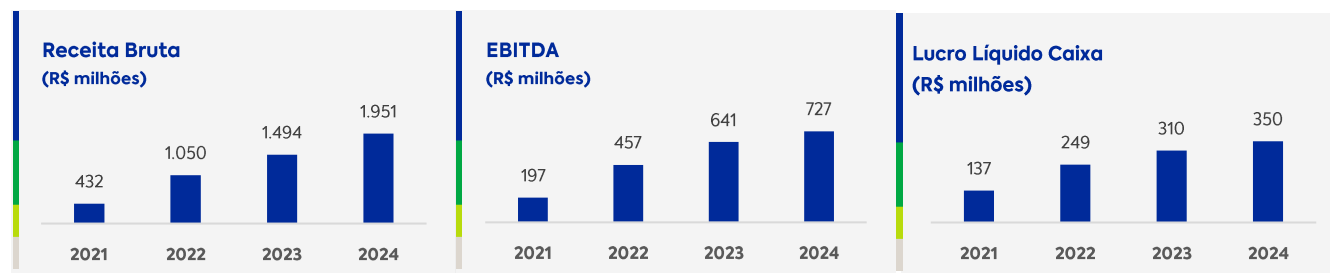
² ROIC calculado utilizando o EBIT dos últimos doze meses.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

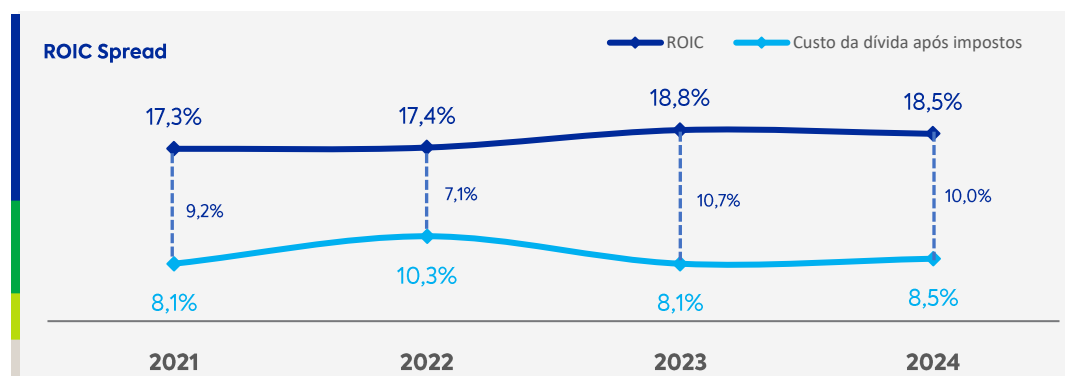
Prezados Investidores,

Em 2024, o Lucro Líquido Caixa foi de R\$ 350 milhões, crescimento de 12,9% em relação a 2023.

Desde o IPO em 2021, expandimos nossas Receitas, EBITDA e Lucro Líquido Caixa, a taxas de crescimento anuais compostas (CAGR) de 51%, 54% e 37%, respectivamente.



Apresentamos em 2024 Retorno sobre o Capital Empregado (ROIC) de 18,5%, com um spread de 10,0 p.p. para o custo de nossa dívida após os impostos. Resultado bastante positivo, mesmo em um ambiente de juros em patamares significativamente mais altos do que nos anos anteriores. Não obstante, ainda enxergamos oportunidades de expansão desse spread combinando ações de eficiência operacional e gestão ativa de preços de nossos contratos de operações contínuas.



Seguimos avançando em nossa missão de ampliar a penetração do aluguel no mercado brasileiro. Estimamos que os fabricantes de equipamentos de linha amarela e caminhões vocacionais tenham vendido cerca de 74,7 mil equipamentos anualmente no período entre 2021 e 2024. Ainda, estimamos que cerca de 26,6% destas vendas foram absorvidas por locadoras, o que nos indica que a penetração dos serviços de locação de equipamentos, embora crescente, permanece abaixo dos patamares de países desenvolvidos. Isso reforça nosso otimismo de longo-prazo com as oportunidades de crescimento e consolidação de nosso mercado.

Com a penetração dos serviços de locação atual, o recorte de mercado atendido pela ARMAC é superior a R\$ 30 bilhões¹ de receitas anuais, o que aponta para uma participação da Armac de 5,8%, crescimento de 1 p.p. em relação a 2023.

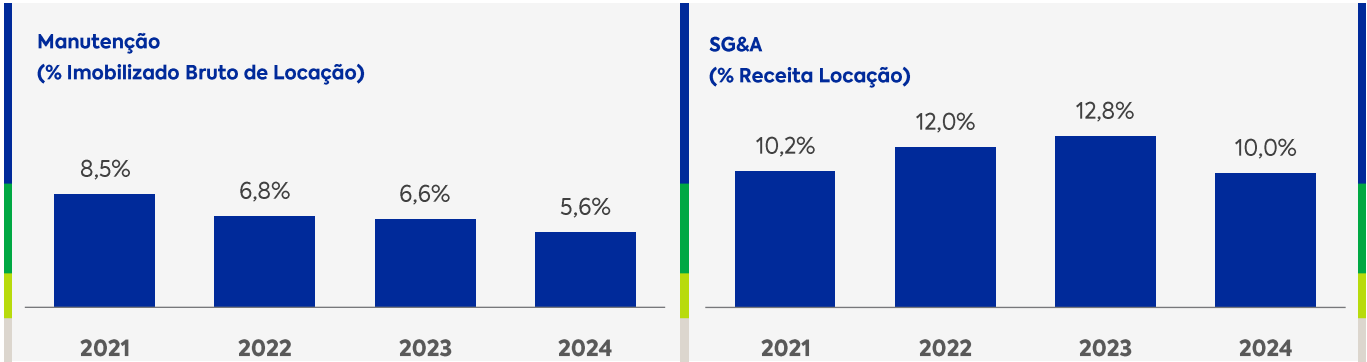
Em 2024, atendemos 1.098 clientes, sendo 945 clientes em locações de curto prazo, e 153 clientes em nossas operações contínuas. Nos orgulhamos que, desde 2021, o percentual de renovação dos contratos de operações contínuas se mantém superior a 97%, confirmando a geração de valor compartilhada com nossos clientes, pilar de nosso modelo de negócios.

¹ Premissas conservadoras, considerando a atual penetração de locação e sem mão-de-obra.

Em 2024, investimos R\$ 705,6 milhões, dos quais R\$ 614,0 milhões foram em máquinas e equipamentos para locação e veículos de suporte, e R\$65 milhões na promissora aquisição da Terram. Encerramos 2024 com 11,2 mil equipamentos em nossa frota de locação, e a preços de reposição superior a R\$ 4 bilhões. A idade média de nossa frota de locação de Linha Amarela e caminhões vocacionais o exercício fiscal em 2,5 anos.

Competitividade e Eficiência Operacional

Nossos ativos foco são aqueles que demandam intervenções frequentes de manutenção. Em 2024 foram mais de 430 mil ordens de serviço executadas por nossos mais de 1.000 mecânicos. Nesse contexto, nossa escala, expertise e rede de cobertura nacional são vantagens comparativas que crescem a cada mecânico, máquina e cliente marginal. Calculamos que os nossos ganhos de eficiência nos custos de manutenção tenham superado R\$ 150 milhões desde o IPO, economias que se referem a condições mais favoráveis obtidas junto a nossos fornecedores, ao contínuo investimento em nossas estruturas de recuperação de componentes, e ganhos de produtividade advindos de nossa estrutura própria e verticalizada de mecânicos e engenheiros. Em conjunto, estas eficiências operacionais mais do que compensaram a inflação de peças de 37% e de mão de obra de 31%, observadas no mesmo período.



Ao longo de 2024 também concluímos importantes investimentos em tecnologia, pessoas, e redesenho de processos, que em conjunto nos permitiram diluir nossos custos fixos. O indicador de despesas administrativas como percentual da receita atingiu 10,0%, menor nível observado desde 2021, e 2,8 p.p. inferior a 2023.

Nossa geração de caixa operacional foi de R\$ 449,5 milhões em 2024. Além disso, nossa abordagem conservadora na gestão de liquidez, nos coloca em posição diferenciada para enfrentar a atual conjuntura econômica. Carregamos em nosso balanço liquidez suficiente para fazer frente a todas as amortizações de nosso endividamento até 2029. Consequentemente, temos o menor custo de dívida (CDI +1,5%) e o maior prazo médio de amortizações (5,9 anos) entre nossos pares de mercado. Nosso acesso diferenciado a capital é uma vantagem comparativa de longo-prazo muito relevante em um setor onde mais de 24 mil pequenas empresas estão operando.

Aprendizados de 2024

O ano de 2024 nos trouxe aprendizados valiosos. Após o crescimento acelerado dos últimos anos, consolidamos presença em diversos setores da economia brasileira, em especial na movimentação de commodities do agronegócio, mineração e infraestrutura. Essa diversidade setorial, reforçada por contratos de longo-prazo, nos trouxe grande estabilidade de receitas – fundamental em momentos de crise – mas, por outro lado, trouxe importantes desafios de execução.

Os segmentos em questão têm uma camada de serviços especializados para além da manutenção. Em específico, cada contrato é único – seja no formato de precificação, operação e relacionamento.

Como resultado, alocar capital com rentabilidade nessas novas verticais possui uma curva de aprendizado longa – mais extensa, inclusive, do que havíamos antecipado.

Com o objetivo de (i) acelerar a velocidade de contorno da curva de aprendizado (ii) sem derrapar, adotamos duas novas estratégias:

Em primeiro lugar, segmentamos a empresa em 6 Unidades de Negócios, cada qual liderada por um especialista setorial, cuja remuneração está devidamente incentivada aos KPIs de sucesso em serviços especializados – e.g., NPS e Taxa de Frequência de Acidentes –, bem como o retorno sobre o capital do acionista.

Em segundo lugar, iniciamos um ciclo de expansão em lojas próprias de seminovos espalhadas pelo Brasil. Para além de comprar a opcionalidade de desmobilizar a frota, taticamente, com agilidade e rentabilidade, a estratégia permite que a Companhia neutralize eventuais erros pontuais de alocação de capital.

Visão para 2025: A mesma estratégia, uma nova régua

Seguimos convictos na estratégia e no crescimento de longo-prazo da Armac, com uma importante inflexão: a régua do retorno sobre o capital investido será maior.

Ao final de 2024, consolidamos a visão de que 2025 será um ano desafiador (i.e., inflação persistente, mercado de trabalho pressionado e juros elevados). Diante desse cenário, tomamos a decisão de atuar com cautela financeira e rigor operacional redobrados.

Privilegiaremos o controle da alavancagem, exigindo retornos elevados em novas alocações de capital, e operando com ocupação da frota mais elevada do que a usual, permitindo a liberação de capital e venda de ativos superior a realizado em 2024.

Além disso, atuaremos ativamente na gestão de preços em nossos contratos. Este movimento pode vir acompanhado de desmobilizações de operações onde os retornos sejam incompatíveis com a nova realidade de custo de capital, o que pode ensejar volatilidade de crescimento em curto prazo, porém em prol da margem e ROIC da Companhia.

Ativos desmobilizados passarão por manutenção em nossas oficinas e serão alocados em outros projetos ou vendidos em nossa rede de lojas. Nossos diferenciais de manutenção e vendas nos dão confiança para a escolha deste caminho, vis a vis a opção de aguardar por mais alguns anos com esses contratos que geram lucro contábil, porém prejuízo econômico, à espera de uma redução na taxa de juros.

Estamos conscientes de que nossa escolha terá algum nível de impacto na receita de locação no curto prazo. No entanto, temos a certeza de que essas decisões são fundamentais para maximizar a criação de valor para nossos acionistas no longo prazo e posicionar a Companhia para continuar crescendo e consolidando seu mercado nos anos à frente.

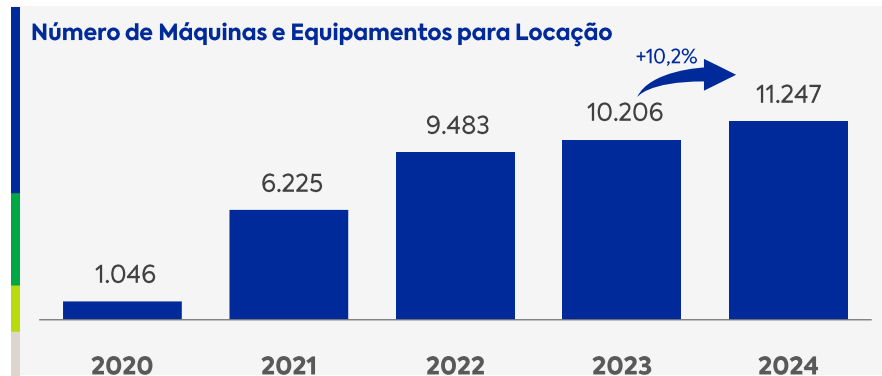
Por fim, agradecemos a confiança de nossos investidores, clientes, e colaboradores, e seguimos focados em construir um futuro ainda mais forte e próspero para nossa empresa.

Atenciosamente,

Administração

FROTA DE LOCAÇÃO

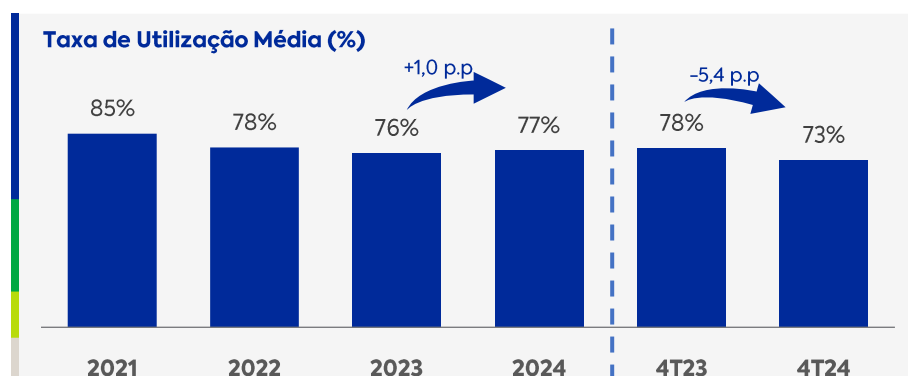
Encerramos 2024 com uma frota de locação total de 11.247 equipamentos, composta majoritariamente por máquinas de linha amarela, caminhões vocacionais e empilhadeiras, além de plataformas elevatórias, geradores e veículos de apoio.



TAXA DE UTILIZAÇÃO

Em 2024, a nossa taxa de utilização média foi de 77,1%, crescimento de 1,1 p.p., principalmente, devido ao aumento do mix de contratos de longo prazo em nossa receita.

Durante o 4T24, a taxa de utilização média atingiu 72,9%, uma redução de 5,3 p.p. em relação ao 4T23. A queda na utilização é explicada, principalmente, pela devolução de máquinas alocadas nos contratos de locação simples em regiões que tiveram aumento significativo no volume de chuvas entre o 4T23 e o 4T24, quando comparadas as médias históricas medidas pelo INMET. Entre as principais regiões nas quais temos exposição ao Spot, as cidades do Centro-Oeste, com destaque para Goiânia, Cocalinho, Primavera do Leste, Cuiabá, Rondonópolis e Simões Filho, na Bahia, apresentaram volumes de chuva significativamente acima da média de 2023, com variações entre o 4T24 e o 4T23 de 98%, 140%, 84%, 42%, 84% e 136%, respectivamente.

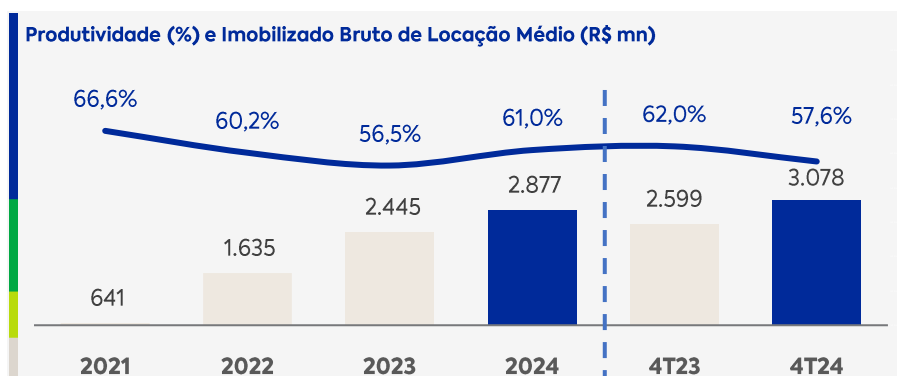


PRODUTIVIDADE

Um dos indicadores financeiros que consideramos mais importantes para a avaliação e acompanhamento do desempenho de nosso modelo de negócio é a produtividade². Ele reflete tanto a saúde comercial de contratos quanto a saúde operacional dos ativos, capazes de manter alta geração de receita ao longo do tempo. Este indicador também reflete a recorrente capacidade da companhia em adquirir ativos a custos atrativos e mantê-los operacionais por longo período.

Em 2024, conseguimos atingir uma produtividade de 61,0%, com crescimento de 4,5 p.p. em relação a 2023, principalmente devido à nossa maior exposição aos contratos de operações contínuas.

No 4T24, esse indicador atingiu 57,6%, uma redução de 4,4 p.p. em relação ao 4T23. A redução na produtividade do trimestre é explicada, principalmente, pela: (i) maior incidência de chuvas em 2024, que reduz significativamente o ritmo das obras de infraestrutura, consequentemente aumentando as devoluções de máquinas nos contratos de locação simples.



INVESTIMENTOS

Em 2024, o CAPEX totalizou R\$ 705,6 milhões, crescimento de 26,4% comparado a 2023. Em 2024, o CAPEX de crescimento, manutenção e expansão das oficinas e filiais representaram cerca de 90%, 9%, 1%, respectivamente.

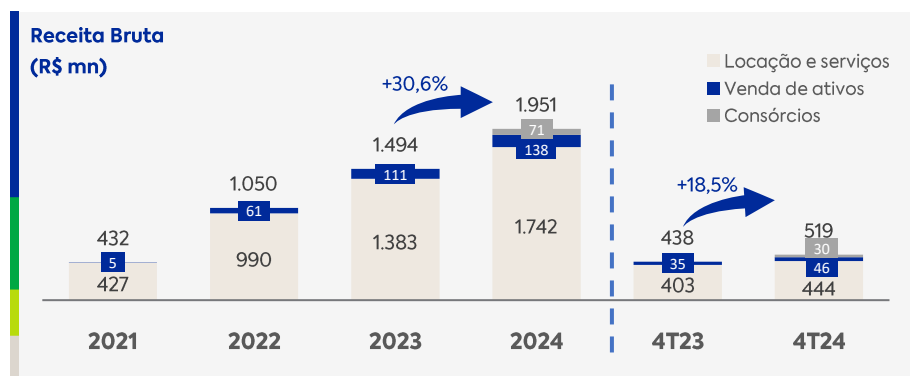
R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Aquisição de ativos imobilizados	177,2	267,4	50,8%	29,5	45,3	53,6%
Operações não-caixa de aquisição de Imobilizado	389,7	372,4	(4,5%)	96,1	26,4	(72,6%)
Aquisição de ativos intangíveis	-8,9	0,9	(109,7%)	(4,4)	(0,0)	-
CAPEX orgânico	558,0	640,6	14,8%	121,3	71,7	(40,9%)
M&A	-	65,0	-	-	-	-
CAPEX total	558,0	705,6	26,4%	121,3	71,7	(40,9%)

Nota: O M&A considera R\$ 65 milhões referente a aquisição da Terram, dos quais R\$ 33,6 milhões foram desembolsados no 2S24.

² Esse indicador é calculado através da receita bruta de locação da Companhia no trimestre, anualizada, dividida pelo valor do imobilizado bruto de locação, considerando a média do período apurado.

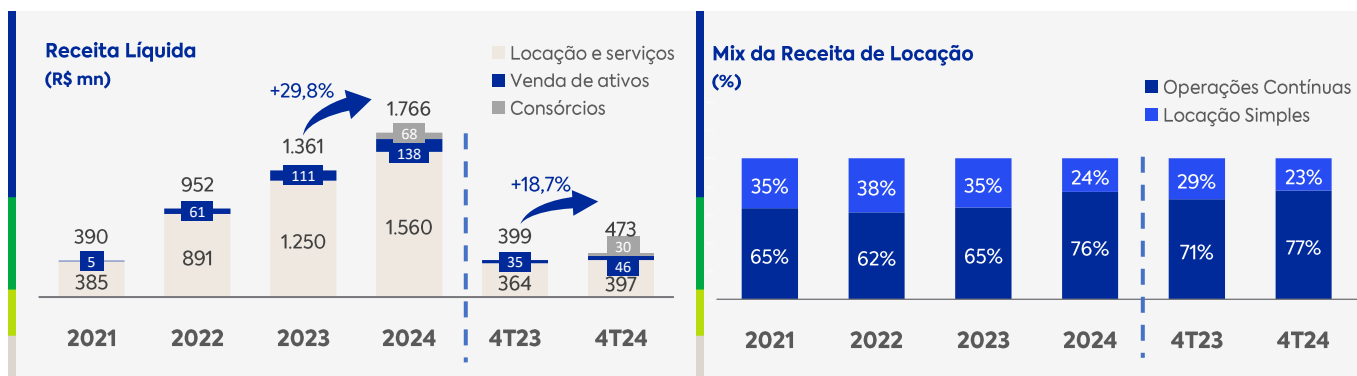
RECEITA BRUTA

Em 2024, a receita bruta atingiu R\$ 1,9 bilhão, crescimento de 30,6% em relação a 2023, devido principalmente ao aumento da frota e da produtividade no período. No 4T24, a receita bruta atingiu R\$ 518,7 milhões, com expansão de 18,5% em relação ao 4T23. A receita bruta de locação totalizou R\$ 443,6 milhões, aumento de 10,0% em relação ao 4T23.



RECEITA LÍQUIDA

No 4T24, a receita líquida atingiu R\$ 473,5 milhões, expansão de 18,7% quando comparada com o 4T23. A receita líquida de locação atingiu R\$ 397,0 milhões, aumento de 9,0% vs. o 4T23.

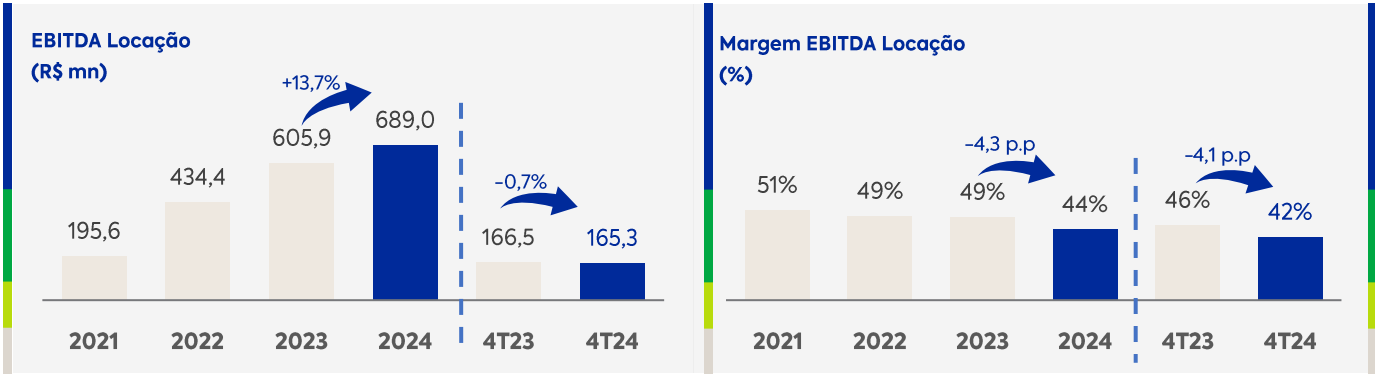


EBITDA

Em 2024, o EBITDA totalizou R\$ 726,5 milhões, com crescimento de 13,4% em relação a 2023. Como consequência do mix de receitas, a margem EBITDA de Locação caiu 4,3 p.p. em relação a 2023.

No 4T24, o EBITDA totalizou R\$ 165,3 milhões, com redução de 0,7% em relação ao 4T23 devido ao menor mix das receitas das operações de Locação Simples, fortemente impactadas pelo período de chuvas mais intenso em 2024. Como consequência do mix de receitas, a margem EBITDA de Locação caiu 4,1 p.p. em relação ao 4T23.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
EBITDA Locação	605,9	689,0	13,7%	166,5	165,3	(0,7%)
% margem EBITDA Locação	48,5%	44,2%	-4,3 p.p.	45,7%	41,6%	-4,1 p.p.
EBITDA Venda de Ativos	34,8	22,7	(34,8%)	8,6	6,2	(28,4%)
% margem EBITDA Venda de Ativos	31,4%	16,4%	-15,0 p.p.	24,8%	13,4%	-11,4 p.p.
EBITDA Consórcios	-	14,9	-	-	8,4	-
% margem EBITDA Consórcios	-	19,3%	-	-	28,5%	-
EBITDA	640,7	726,5	13,4%	175,2	179,9	2,7%
% margem EBITDA	47,1%	41,1%	-5,8 p.p.	43,9%	38,0%	-5,8 p.p.



EBIT Locação³

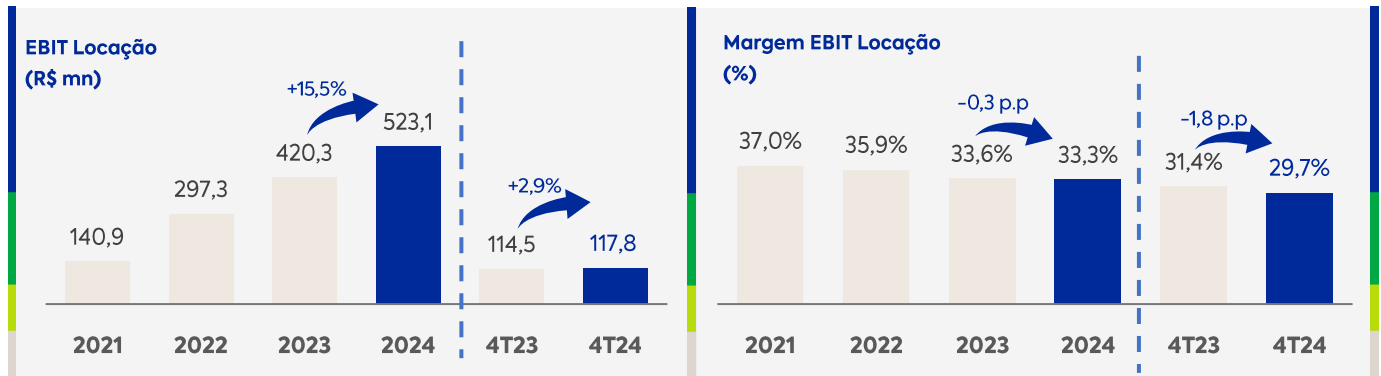
Em 2024, o EBIT Locação³, que exclui o resultado da venda de ativos e consórcios, atingiu R\$ 485,5 milhões, um aumento de 15,5% em comparação a 2023. A margem EBIT Locação totalizou 33,3% em 2024 vs. 33,6% em 2023.

No 4T24, o EBIT Locação³, atingiu R\$ 117,8 milhões, um aumento de 2,9% em comparação ao 4T23. A margem EBIT Locação totalizou 29,7% no 4T24 vs. 31,4% no 4T23.

No 4T24, o EBIT foi de R\$ 98,4 milhões, redução de 20,1% em relação ao 4T23, devido ao aumento da depreciação entre os períodos. Ao longo do quarto trimestre aprimoramos nossas estimativas quanto a vida útil de componentes sobressalentes que compõem nosso ativo imobilizado. Consequentemente, a atualização de seus valores residuais resultou em um impacto não recorrente nas despesas de depreciação no quarto trimestre de R\$33,9 milhões. As despesas com depreciação acumuladas no ano totalizaram de R\$203,4 milhões.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
EBIT Locação ¹	420,3	485,5	15,5%	114,5	117,8	2,9%
Margem EBIT Locação	33,6%	33,3%	-0,3 p.p.	31,4%	29,7%	-1,8 p.p.
EBIT Venda de Ativos	34,8	22,7	(34,8%)	8,6	6,2	(28,4%)
% Margem EBIT Venda de Ativos	31,4%	16,4%	-15,0 p.p.	24,8%	13,4%	-11,4 p.p.
EBIT Consórcios	-	14,9	-	-	8,4	-
% Margem EBIT Consórcios	-	19,3%	-	-	28,5%	-
EBIT Ajustado ¹	455,1	523,1	14,9%	123,1	132,3	7,5%
% Margem EBIT Ajustado	33,4%	29,6%	-3,8 p.p.	30,8%	27,9%	-2,9 p.p.
Resultado não recorrente	-	-	-	-	(33,9)	-
EBIT	455,1	523,1	14,9%	123,1	98,4	(20,1%)
% Margem EBIT	33,4%	29,6%	-4,3 p.p.	30,8%	20,8%	-4,1 p.p.

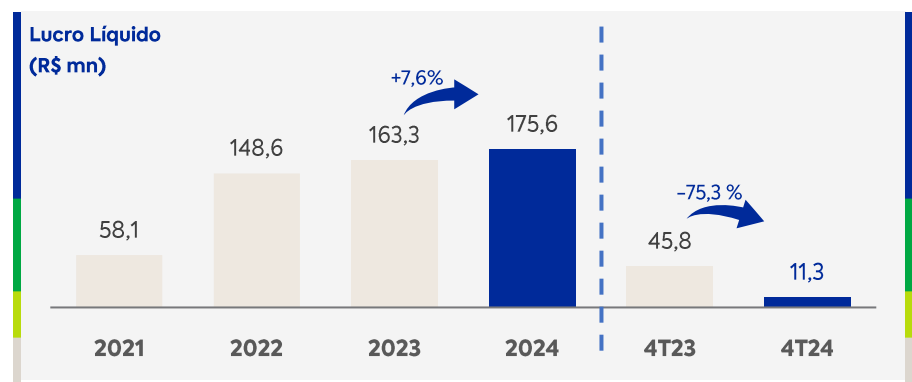
¹Exclui o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões referente a mudança na vida útil de componentes sobressalentes que compõe nosso ativo imobilizado.



³ Exclui o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões referente a mudança na vida útil de componentes sobressalentes que compõe nosso ativo imobilizado.

LUCRO LÍQUIDO

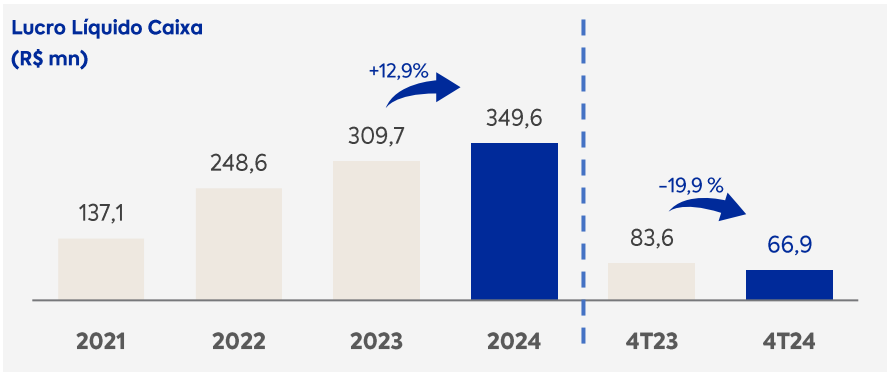
O Lucro Líquido atingiu R\$ 175,6 milhões em 2024, crescimento de 7,6% em relação a 2023. O Lucro Líquido atingiu R\$ 11,3 milhões no 4T24, redução de 75,3% em relação ao 4T23 devido, principalmente, (i) ao ajuste não recorrente⁴ no valor residual de componentes sobressalentes e (ii) menor resultado financeiro em função do aumento do endividamento e das taxas de juros.



LUCRO LÍQUIDO CAIXA⁵

O Lucro Líquido Caixa⁵ atingiu R\$ 349,6 milhões em 2024, crescimento de 12,9% em relação a 2023. O Lucro Líquido Caixa atingiu R\$ 66,9 milhões no 4T24, redução de 19,9% em relação ao 4T23 devido, principalmente, ao menor resultado de Locação e ao menor resultado financeiro no período.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Lucro Líquido	163,3	175,6	7,6%	45,8	11,3	(75,3%)
Imposto de renda e cont. social diferidos	35,6	34,9	(1,7%)	11,7	(1,7)	(114,5%)
PIS/COFINS incidentes sobre a receita pagos com crédito fiscal	110,9	139,0	25,4%	26,2	35,0	33,7%
Evento não recorrente após impostos ¹	-	-	-	-	22,4	-
Lucro Líquido Caixa	309,7	349,6	12,9%	83,6	66,9	(19,9%)
% margem Lucro Líquido Caixa	22,8%	19,8%	-2,9 p.p.	20,9%	14,1%	-6,7 p.p.



⁴ Ajuste não recorrente na depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões, correspondente a R\$ 22,4 milhões pós imposto de renda e contribuições.

⁵ Exclui: (i) o efeito negativo da depreciação do 4T24 de R\$ 33,9 milhões, correspondente a R\$ 22,4 milhões pós imposto de renda e contribuições e (ii) o imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) os impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal.



FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL

Em 2024, o fluxo de caixa operacional gerencial totalizou R\$ 449,5 milhões, representando uma conversão de 64,5% do EBITDA de Locação, com redução de 16,2 p.p. em relação a 2023. A piora no fluxo de caixa operacional gerencial foi devida ao aumento do Contas a Receber em 2024 em comparação a 2023, que somaram R\$ 236,6 milhões, explicado pelo aumento no mix de Operações Contínuas, que são contratos com prazo contratual de recebimento mais elevados do que em locações simples.

No 4T24, o fluxo de caixa operacional gerencial totalizou R\$ 58,8 milhões, representando uma conversão de 34,4% do EBITDA de Locação.

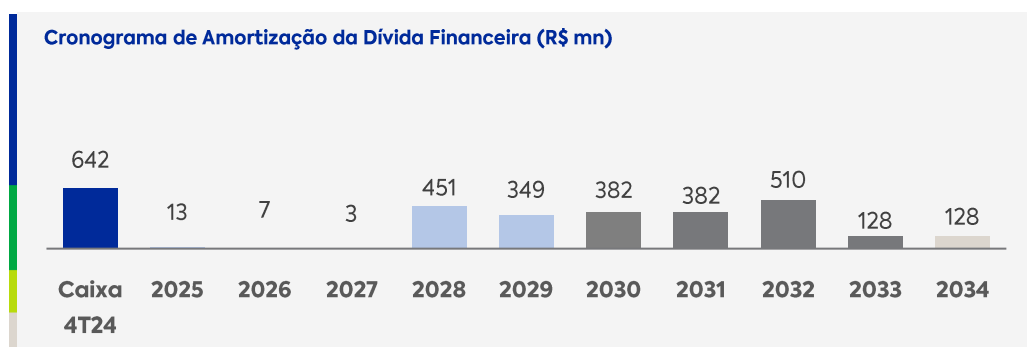
R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023	4T23	4T24	YoY
Caixa líq. das atividades operacionais	125,9	38,1	(69,7%)	(26,3)	(37,5)	42,6%
Exclusão fornecedores máquina	74,1	6,3	(91,4%)	9,9	3,1	(68,6%)
Aquisição de ativos imobilizados	177,2	267,4	50,8%	29,5	45,3	53,6%
Recebimento pela venda de imobilizado	(111,1)	(138,5)	24,7%	(34,7)	(46,1)	32,7%
Juros sobre financiamentos	282,1	283,9	0,6%	131,5	112,0	(14,8%)
Juros fornecedores convênio	14,0	41,0	191,9%	0,2	(6,5)	(3801,1%)
Pgto. de arrendamento de direito de uso	(6,6)	(8,8)	34,7%	(2,1)	(2,5)	18,5%
Pagamento e captação de parcelamentos	-	(1,9)	-	0,1	(0,6)	(965,6%)
Receitas financeiras	(99,1)	(117,5)	18,6%	(21,8)	(34,9)	60,1%
Rendimento de aplicações financeiras	32,1	79,5	148,0%	32,1	26,4	(17,6%)
Fluxo de caixa operacional gerencial	488,8	449,5	(8,0%)	118,4	58,8	(50,3%)
% EBITDA Locação	80,7%	64,5%	-16,2 p.p.	71,1%	34,4%	-36,7 p.p.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o ano com R\$ 641,5 milhões em caixa, valor suficiente para cobrir as amortizações até o quarto trimestre de 2029. Esse conservadorismo nos permitirá seguir executando nosso plano estratégico, mesmo atravessando um período de juros elevados e incertezas econômicas.

A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$ 1.765,1 milhões, em comparação a R\$ 1.681,8 milhões no 3T24, resultando em uma alavancagem de 2,36x. Devido à estratégia de *liability management*, encerramos 2024 com um spread médio da dívida em CDI + 1,5%, redução de 0,5 p.p. em relação a 2023 e um prazo médio de pagamento de 5,9 anos, aumento de 1,6 anos em comparação a 2023. Essa estratégia reforça a disciplina financeira e o perfil conservador do endividamento da Companhia.

R\$ milhões	4T23	4T24	YoY
Dívida financeira de curto prazo	261,4	73,6	(71,9%)
Dívida financeira de longo prazo	1.788,7	2.316,8	29,5%
Dívida bruta	2.050,1	2.390,4	16,6%
Caixa e equivalentes de caixa	(729,6)	(641,5)	(12,1%)
Dívida líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%
Dívida líquida / EBITDA UDM	2,06x	2,36x	0,30x

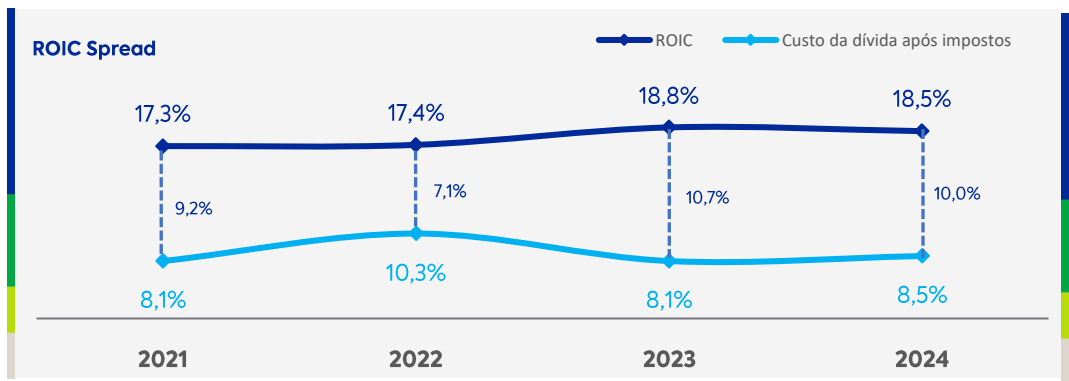


Composição dos Saldos (R\$ milhares)	4T24	Taxa ao Ano (%)	Vencimento
Debênture III	306.010	CDI + 2,25%	2029
Debênture IV	720.114	CDI + 1,90%	2032
Debênture V – 1ª Série	462.799	CDI + 1,35%	2032
Debênture V – 2ª Série	393.637	CDI + 1,60%	2034
CRA – 1ª Série	102.332	CDI + 1,65%	2028
CRA – 2ª Série	439.372	IPCA + 7,57%	2029
Outras Linhas	27.750		
Subtotal	2.452.014		
(-) Custos a Amortizar	(61.645)		
Total	2.390.369		

RENTABILIDADE

Para calcular o ROIC da Companhia, partimos do NOPAT consolidado anualizado e o dividimos pelo capital investido médio calculado sobre o lado direito de nosso balanço (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida). Em 2024, o ROIC Contábil totalizou 18,5%, redução de 0,3 p.p. em relação a 2023.

R\$ milhões	2023	2024	FY2024 vs. FY2023
EBIT Consolidado	455,1	523,1	14,9%
Imposto de renda corrente	-	(9,9)	-
NOPAT Consolidado	455,1	513,2	12,8%
Patrimônio Líquido	1.229,9	1.258,6	2,3%
Dívida Líquida	1.320,5	1.748,9	32,4%
Capital Investido	2.550,4	3.007,5	17,9%
Capital investido médio	2.417,6	2.779,0	14,9%
ROIC	18,8%	18,5%	-0,3 p.p.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores expressos em R\$ milhares

	2023	2024	FY24 vs.FY23	4T23	4T24	YoY
Receita operacional bruta	1.493.847	1.951.260	30,6%	437.693	518.738	18,5%
(-) Impostos sobre vendas	(132.880)	(185.291)	39,4%	(38.694)	(45.244)	16,9%
% receita bruta	-8,9%	-9,5%	-0,6 p.p.	-8,8%	-8,7%	+0,1 p.p.
Receita operacional líquida	1.360.967	1.765.969	29,8%	398.999	473.494	18,7%
(-) Custo dos serviços prestados	(734.137)	(1.051.348)	43,2%	(228.689)	(307.833)	34,6%
% receita líquida	-53,9%	-59,5%	-5,6 p.p.	-57,3%	-65,0%	-7,7 p.p.
Lucro bruto	626.830	714.622	14,0%	170.310	165.661	(2,7%)
% receita líquida	46,1%	40,5%	-5,6 p.p.	42,7%	35,0%	-7,7 p.p.
(-) Despesas operacionais	(171.743)	(191.569)	11,5%	(47.224)	(67.274)	42,5%
% receita líquida	-12,6%	-10,8%	+1,8 p.p.	-11,8%	-14,2%	-2,4 p.p.
Lucro operacional	455.087	523.053	14,9%	123.086	98.387	(20,1%)
% receita líquida	33,4%	29,6%	-3,8 p.p.	30,8%	20,8%	-10,1 p.p.
(+) Receitas financeiras	99.056	117.516	18,6%	21.817	34.922	60,1%
(-) Despesas financeiras	(355.307)	(414.726)	16,7%	(87.476)	(114.763)	31,2%
Lucro antes do IRCS	198.835	225.843	13,6%	57.427	18.546	(67,7%)
% receita líquida	14,6%	12,8%	-1,8 p.p.	14,4%	3,9%	-10,5 p.p.
(-) Imposto de renda e contribuição social	(35.552)	(50.204)	41,2%	(11.674)	(7.256)	(37,8%)
Lucro líquido	163.283	175.639	7,6%	45.753	11.291	(75,3%)
% receita líquida	12,0%	9,9%	-2,1 p.p.	11,5%	2,4%	-9,1 p.p.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em R\$ milhares

	4T23	4T24	YoY
Caixa e equivalentes de caixa	254.405	210.912	(17,1%)
Aplicações Financeiras	475.190	430.575	(9,4%)
Contas a receber de clientes	325.596	562.227	72,7%
Estoques	56.525	76.060	34,6%
Tributos a recuperar	33.322	34.156	2,5%
Outros ativos	42.898	50.802	18,4%
Ativo circulante	1.187.936	1.364.732	14,9%
Tributos a recuperar	-	-	-
Depósitos judiciais	1.855	1.535	(17,3%)
Outros ativos	28.040	40.803	45,5%
Imobilizado	2.639.478	3.011.349	14,1%
Intangível	125.418	201.068	60,3%
Opção de Compra	-	17.866	-
Ativo não circulante	2.794.791	3.272.621	17,1%
Total do ativo	3.982.727	4.637.353	16,4%
Fornecedores	36.176	36.091	(0,2%)
Fornecedores convênio	360.128	398.261	10,6%
Empréstimos e financiamentos	261.370	73.555	(71,9%)
Contas a pagar por aquisição de empresas	1.959	18.244	831,3%
Arrendamento por direito de uso	8.505	8.238	(3,1%)
Obrigações sociais e trabalhistas	54.578	64.851	18,8%
Parcelamento de tributos	171	2.379	1291,2%
Obrigações tributárias	9.313	19.278	107,0%
Juros sobre capital próprio a pagar	-	403	-
Outras contas a pagar	15.654	19.155	22,4%
Passivo circulante	747.854	640.455	-14,4%
Empréstimos e financiamentos	1.788.717	2.316.814	29,5%
Contas a pagar por aquisição de empresas	16.128	106.625	561,1%
Arrendamento por direito de uso	78.128	80.432	2,9%
Parcelamentos de tributos	213	5.176	2330,0%
Tributos diferidos	121.579	169.041	39,0%
Provisão para Riscos Trabalhistas	166	7.793	4594,6%
Passivo não circulante	2.004.931	2.685.881	34,0%
Capital social e reservas	1.089.148	1.093.137	0,4%
Reserva de lucros	140.794	204.191	45,0%
Transações entre sócios	-	(38.703)	-
Participação dos não controladores	-	52.392	-
Patrimônio líquido	1.229.942	1.311.017	6,6%
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.982.727	4.637.353	16,4%

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Valores expressos em R\$ milhares

	2023	2024	4T23	4T24	3T24
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	198.835	225.843	57.427	18.547	74.430
<u>Ajustado por</u>					
Depreciação e amortização	185.652	203.479	52.066	81.469	42.512
Bonificações em mercadorias	(3.749)	-	464	-	11
Custo na baixa de ativos sinistrados e desmobilizados	81.661	115.780	27.308	38.781	40.621
Atualização monetária sobre contas a pagar	2.231	3.721	499	1.345	1.421
Plano de pagamento baseado em ações	4.841	2.192	1.387	(1.113)	897
Perdas e provisão de créditos esperados	10.873	10.534	4.275	1.907	2.346
Encargos sobre arrendamento de direito de uso	10.339	11.806	785	3.390	2.822
Juros sobre empréstimos e financiamentos	303.979	345.429	70.380	96.395	88.537
Juros e ajuste a valor presente de fornecedores convenio	33.165	46.331	12.204	12.309	13.947
Rendimento de aplicações financeiras	(32.074)	(79.529)	(32.074)	(26.433)	942
Outras (receitas) despesas operacionais	(556)	3.368	(119)	2.439	199
<u>Variações nos ativos e passivos</u>					
Contas a receber de clientes	(98.969)	(228.071)	(17.925)	(60.852)	(34.181)
Impostos a recuperar	35.008	(18.736)	(2.272)	(4.929)	(7.898)
Depósitos judiciais	(391)	320	(299)	665	(15)
Estoques	(21.714)	5.324	(3.488)	1.424	4.918
Outros ativos	(54.939)	(21.362)	(12.401)	6.591	3.643
Fornecedores	(80.592)	(4.293)	(23.664)	(13.955)	(7.915)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18.896	3.819	(4.298)	(18.299)	11.515
Obrigações tributárias	3.491	4.688	(5.681)	(11.474)	(846)
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-
Outros passivos	13.625	20.267	11.136	(3.220)	8.766
Juros sobre financiamentos	(282.115)	(283.896)	(131.544)	(112.029)	(49.386)
Juros sobre arrendamentos de direito de uso	(10.339)	(11.807)	(785)	(3.389)	(2.824)
Juros sobre parcelamentos	-	(132)	-	(51)	(55)
Juros pagos de fornecedores convênio	(14.044)	(40.992)	(176)	6.523	(11.050)
Aquisição de ativos imobilizados	(177.239)	(267.359)	(29.526)	(45.338)	(76.861)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	-	(8.241)	-	(8.241)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	125.875	38.485	(26.321)	(37.538)	106.496
Aquisição de ativos intangíveis	(8.945)	(868)	4.363	1	(869)
Aplicação financeira	(443.117)	124.144	(35.511)	333.620	194.005
Aquisição de societária	-	(33.624)	-	0	(33.624)
Assunção de caixa	-	10.283	-	-	10.283
Contas a pagar por aquisição de empresas	(1.868)	-	0	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(453.930)	99.934	(31.148)	333.620	169.795
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.661.098	-	971.315	(4.568)
Captação e pagamento de parcelamentos	-	(1.901)	65	(563)	(554)
Pagamentos de dividendos	(100.000)	(106.800)	(61.704)	0	(60.000)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(36.450)	(1.385.552)	(5.675)	(1.370.080)	(450)
Pagamentos de arrendamento de direito de uso	(6.560)	(8.835)	(2.079)	(2.462)	(2.358)
Pagamentos de fornecedores convenio	(216.185)	(339.573)	(1.468)	(68.233)	(66.156)
Ações em tesouraria	3.297	-	3.297	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(355.898)	(181.563)	(67.564)	(470.022)	(134.086)
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(683.952)	(43.145)	(125.033)	(173.940)	142.204

MÉTRICAS NÃO CONTÁBEIS

CAPEX: calculado pela adição de (i) “Aquisição de ativos imobilizados”, conforme descrito nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, (ii) “Aquisição de ativos intangíveis” conforme descrito nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, (iii) aquisição de ativos imobilizados financiados, em que o pagamento é feito diretamente ao fornecedor, (iv) geração de crédito de PIS/COFINS na aquisição de imobilizado, que é desembolsado ao fornecedor no momento da compra do equipamento e (v) aquisição de outras sociedades.

EBITDA: O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, e do resultado não recorrente. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

EBITDA LOCAÇÃO: O EBITDA Ajustado consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, do resultado da venda de ativo imobilizado, do resultado de consórcios. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida da locação de equipamentos e prestação de serviços.

EBITDA VENDA DE ATIVOS: O EBITDA Venda de Ativos consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, do resultado de locação de equipamentos e prestação de serviços e do resultado de consórcios. A Margem EBITDA Venda de Ativos é calculada pela divisão do EBITDA Venda de Ativos pela receita operacional líquida da venda de ativos.

EBITDA CONSÓRCIOS: O EBITDA Consórcios consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), dos custos e despesas de depreciação e amortização, do resultado da locação de equipamentos e prestação de serviços e do resultado de venda de ativos imobilizado. A Margem EBITDA Consórcios é calculada pela divisão do EBITDA Consórcios pela receita operacional líquida de Consórcios.

EBIT LOCAÇÃO: O EBIT Locação consiste no lucro operacional antes do resultado deduzido do resultado não recorrente, do resultado da venda de imobilizados e do resultado de consórcios. A Margem EBIT Ajustada é calculada pela divisão do EBIT Ajustado pela receita operacional líquida da locação de equipamentos e prestação de serviços.

LUCRO LÍQUIDO CAIXA: O lucro líquido caixa ajustado é a soma (i) do lucro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social diferidos, (iii) dos impostos incidentes sobre a receita apurada no respectivo exercício a título de PIS/COFINS pagos com crédito fiscal, e (iv) do resultado não recorrente de depreciação. Essa medida reflete os efeitos observados no resultado da Companhia pelos impostos efetivamente pagos no período.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL GERENCIAL: O Fluxo de Caixa Operacional Gerencial equivale ao fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais desconsiderando os efeitos da aquisição e venda de imobilizado, bem como das despesas e receitas financeiras e resultado não recorrente.

DISCLAIMER

As métricas não contábeis apresentadas neste relatório não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular as métricas não contábeis apresentadas neste relatório de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da
Armac Locação, Logística e Serviços S.A. e Controlada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “International Financial Reporting Standards - IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação de máquinas, notadamente no período de competência de corte ou na efetiva prestação do serviço de locação de máquinas

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada possuem receita majoritariamente da prestação de serviços e locação de máquinas. Os dados para reconhecimento da receita são incluídos no sistema de forma manual, bem como a receita é registrada quando da emissão da nota fiscal de venda dos serviços prestados; tal procedimento requer controles da Administração para: (i) apuração do ajuste da receita entre o período efetivo da prestação de serviço e a data de emissão do documento fiscal; e (ii) certificação dos valores a serem reconhecidos em consonância com os contratos pactuados.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume de contratos e o processo de captura de medição do serviço prestado dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos controles internos da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas com prestação de serviço; (ii) avaliação dos sistemas e mecanismos utilizados no processo com a participação de especialistas internos em tecnologia; (iii) verificação, por amostragem, das documentações-suporte dos serviços de locação realizadas no exercício; (iv) teste de reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação-suporte, tais como medição e vencimentos dos contratos realizados com os clientes dentro da competência correta; (v) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas; e (vi) análise das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e o reconhecimento da receita, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

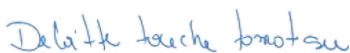
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado
	Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	175.448	254.405	210.912	Fornecedores	15.1	27.961	36.175	36.091
Aplicações financeiras	7	430.575	475.190	430.575	Fornecedores convênio	15.3	398.261	360.128	398.261
Contas a receber de clientes	8	518.514	325.596	562.227	Empréstimos e financiamentos	16	72.145	261.370	73.555
Partes relacionadas	21	16.787	-	-	Arrendamento mercantil de direito de uso	13.3	7.869	8.505	8.238
Estoques	9	74.232	56.525	76.060	Obrigações sociais e trabalhistas		55.782	54.578	64.851
Tributos a recuperar	10	33.020	33.322	34.156	Obrigações tributárias		18.602	9.313	19.278
Outros ativos	11	49.696	42.898	50.802	Parcelamentos de tributos	17	2.379	171	2.379
Total do ativo circulante		<u>1.298.272</u>	<u>1.187.936</u>	<u>1.364.732</u>	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		-	-	403
					Contas a pagar por aquisição de empresas	19	18.244	1.959	18.244
					Outras contas a pagar		<u>13.913</u>	<u>15.655</u>	<u>19.156</u>
					Total do passivo circulante		<u>615.156</u>	<u>747.854</u>	<u>640.456</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais		1.121	1.855	1.535	Empréstimos e financiamentos	16	2.314.974	1.788.717	2.316.814
Outro ativos	11	39.686	28.040	40.803	Arrendamento mercantil de direito de uso	13.3	79.244	78.128	80.432
Opção de compra sobre participação minorária	2.1 b	17.866	-	17.866	Contas a pagar por aquisição de empresas	19	106.625	16.128	106.625
Investimento	12	101.750	-	-	Parcelamentos de tributos	17	5.176	213	5.176
Imobilizado	13	2.979.759	2.639.478	3.011.349	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	1.301	166	7.793
Intangível	14	<u>115.394</u>	<u>125.418</u>	<u>201.068</u>	Tributos diferidos	22.2	<u>172.747</u>	<u>121.579</u>	<u>169.040</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.255.576</u>	<u>2.794.791</u>	<u>3.272.621</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.680.067</u>	<u>2.004.931</u>	<u>2.685.880</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	20	1.008.876	1.004.034	1.008.876
					Gastos com emissão de ações	20	(45.072)	(45.072)	(45.072)
					Reserva de capital	20	132.816	134.974	132.816
					Reserva de lucros	20	204.191	140.794	204.191
					Transações entre sócios	20	(38.703)	-	(38.703)
					Ações em tesouraria	20	<u>(3.483)</u>	<u>(4.788)</u>	<u>(3.483)</u>
					Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia		1.258.625	1.229.942	1.258.625
					Participação dos não controladores		-	-	<u>52.392</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>1.258.625</u>	<u>1.229.942</u>	<u>1.311.017</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.553.848</u>	<u>3.982.727</u>	<u>4.637.353</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.553.848</u>	<u>3.982.727</u>	<u>4.637.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
	Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	23	1.640.333	1.360.967	1.765.969
(–) Custo dos serviços prestados	24	(981.396)	(734.137)	(1.051.348)
(=) Lucro bruto		658.937	626.830	714.622
DESPESAS OPERACIONAIS				
(–) Administrativas e comerciais	24	(172.219)	(171.743)	(191.569)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	12.1	24.356	-	-
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		511.074	455.087	523.053
(+) Receitas financeiras	25	115.971	99.056	117.516
(–) Despesas financeiras	25	(414.257)	(355.307)	(414.726)
(=) Resultado financeiro líquido		(298.286)	(256.252)	(297.210)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		212.788	198.835	225.843
Imposto de renda e contribuição social		(42.591)	(35.552)	(50.204)
(–) Corrente	22	-	-	(9.862)
(–) Diferido	22	(42.591)	(35.552)	(40.342)
(=) Lucro líquido do exercício		170.197	163.283	175.639
LUCRO ATRIBUÍVEL AOS:				
Acionistas da Companhia		170.197	163.283	170.197
Participação de não controladores		-	-	5.442
		170.197	163.283	175.639
Lucro básico por ação (em R\$)	26	-	-	1
Lucro diluído por ação (em R\$)	26	-	-	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	170.197	163.283	175.639
Resultado abrangente do período	<u>170.197</u>	<u>163.283</u>	<u>175.639</u>
LUCRO ATRIBUÍVEL AOS:			
Acionistas da Companhia	170.197	163.283	170.197
Participação de não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.442</u>
	<u>170.197</u>	<u>163.283</u>	<u>175.639</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Reservas de capital					Reservas de lucros					Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido	
		Capital Social	Gastos com Emissão de Ações	Ágio na Emissão de Ações	Plano de Pagamento com Base em Ações	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	(-) Dividendos e Juros s/ Capital Próprios pagos antes da AGO/AGE	Reserva de Lucros	Transações de Capital com Sócios	Ações em Tesouraria			Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.004.034	(45.072)	125.462	4.705	11.210	41.000	(80.570)	105.871	-	(8.119)	1.158.521	-	1.158.521
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	-	-	163.283	-	-	163.283	-	163.283
Constituição de reserva legal	17	-	-	-	-	8.164	-	-	(8.164)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital - mínimo obrigatório propostos	17	-	-	-	-	-	-	-	(38.780)	-	-	(38.780)	-	(38.780)
Juros sobre capital - adicionais	17	-	-	-	-	-	43.020	(20.220)	(43.020)	-	-	(20.220)	-	(20.220)
Dividendos e Juros sobre capital aprovados e pagos referente ao ano anterior	17	-	-	-	-	-	(41.000)	80.570	(80.570)	-	-	(41.000)	-	(41.000)
Plano de pagamento baseado em ações	17	-	-	-	4.841	-	-	-	-	-	3.297	8.138	-	8.138
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.004.034	(45.072)	125.462	9.546	19.374	43.020	(20.220)	98.620	-	(4.822)	1.229.942	-	1.229.942
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.004.034	(45.072)	125.462	9.546	19.374	43.020	(20.220)	98.620	-	(4.822)	1.229.942	-	1.229.942
Aumento de capital	20	4.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.842	-	4.842
Lucro líquido do exercício	20	-	-	-	-	-	-	-	170.197	-	-	170.197	5.442	175.639
Constituição de reserva legal	20	-	-	-	-	8.510	-	-	(8.510)	-	-	(0)	(0)	(0)
Opção de compra e venda em participação societária	20	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.703)	-	(38.703)	-	(38.703)
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	-	34.600	(34.600)	(34.600)	-	-	(34.600)	-	(34.600)
Juros sobre capital - mínimo obrigatório propostos	20	-	-	-	-	-	-	-	(40.422)	-	-	(40.422)	-	(40.422)
Juros sobre capital - propostos	20	-	-	-	-	-	34.978	(8.978)	(34.978)	-	-	(8.978)	-	(8.978)
Juros sobre capital aprovados e pagos referente ao ano anterior	20	-	-	-	-	-	(43.020)	20.220	-	-	-	(22.800)	-	(22.800)
Plano de pagamento baseado em ações	20	-	-	-	(2.192)	-	-	-	-	-	1.339	(853)	-	(853)
Adição de minoritários em função de combinação de negócios	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.950	46.950
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.008.875	(45.072)	125.462	7.354	27.884	69.578	(43.578)	150.308	(38.703)	(3.483)	1.258.625	52.392	1.311.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		212.788	198.835	225.843
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	13.1, 14.2 e 24	193.737	185.652	203.479
Bonificações em mercadorias		-	(3.749)	-
Outros despesas operacionais		148	-	153
Custo residual na baixa de ativos desmobilizados	13.1 e 24	115.384	81.661	115.780
Plano de pagamento baseado em ações		2.192	4.841	2.192
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.3	10.534	10.873	10.534
Encargos sobre arrendamento direito de uso	13.3	11.742	10.339	11.806
Atualização monetária sobre contas a pagar de aquisição de empresas	19.1	3.721	2.231	3.721
Atualização de contrato de compra - earn-out	24	1.098	-	1.098
Atualização da opção de compra - put	24	2.440	-	2.440
Juros de fornecedor convênio	15.3	46.331	33.165	46.331
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16.3	345.338	303.979	345.493
Juros sobre parcelamento de tributos	17.2	627	45	627
Resultado da equivalência patrimonial	12.1	(24.356)	-	-
Rendimento de aplicações financeiras		(79.529)	(32.074)	(79.529)
Ganho de indenização no contas a pagar por aquisição de empresa	19.1	(2.127)	-	(2.127)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	1.461	-	1.178
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes		(203.452)	(98.969)	(228.071)
Estoques		(17.707)	(21.714)	(18.736)
Tributos a recuperar		302	35.008	5.324
Depósitos judiciais		734	(391)	320
Outros ativos		(17.133)	(54.939)	(21.362)
Fornecedores		(8.214)	(80.592)	(4.293)
Obrigações sociais e trabalhistas		2.856	18.896	3.819
Obrigações tributárias		9.289	3.491	4.688
Partes relacionadas		(16.787)	-	(0)
Outras contas a pagar		15.410	13.869	20.267
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	16.3	(283.806)	(282.115)	(283.960)
Juros sobre arrendamento de direito de uso pagos	13.3	(11.743)	(10.339)	(11.807)
Juros pagos fornecedores convênio	15.3	(40.992)	(14.044)	(40.992)
Juros pagos parcelamento de tributos	17.2	(132)	(2)	(132)
Processos Judiciais pagos		(325)	(556)	(348)
Aquisição de ativos imobilizados	13.1 e 13.2	(256.943)	(177.239)	(267.359)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	22.2	-	-	(8.242)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.885	126.162	38.135
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras		124.144	(443.117)	124.144
Aquisição de ativos intangíveis	14.2	(868)	(8.945)	(868)
Aquisição de coligadas e controlada	19.1	(33.624)	-	(33.624)
Assunção de caixa	2.2	-	-	10.283
Contas a pagar por aquisição de empresas		-	(1.868)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		89.652	(453.930)	99.935
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	16.3	1.660.822	-	1.661.098
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16.3	(1.385.322)	(36.450)	(1.385.552)
Pagamento de arrendamento de direito de uso	13.3	(8.720)	(6.560)	(8.835)
Pagamento fornecedor convênio	15.3	(339.573)	(216.185)	(339.573)
Pagamento de parcelamentos de tributos	17.2	(1.901)	(287)	(1.901)
Ações em tesouraria	20	0	3.297	0
Pagamento de dividendos e juros sobre capital	20.3	(106.800)	(100.000)	(106.800)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(181.494)	(356.185)	(181.563)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(78.957)	(683.953)	(43.493)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		254.405	938.358	254.405
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		175.448	254.405	210.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
	Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
RECEITAS				
Receita de aluguel, serviços e outros	23	1.816.991	1.497.412	1.951.260
Receita relativa a construção de ativos próprios		-	1.620	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	24	(9.819)	(9.270)	(9.819)
SERVIÇOS E MATERIAIS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros, materiais e outros		(356.955)	(298.707)	(368.109)
Gastos relativos à construção de ativos próprios		-	(1.620)	-
Valor adicionado bruto		1.450.217	1.189.435	1.573.332
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	24	(193.737)	(185.652)	(203.479)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		1.256.480	1.003.783	1.369.853
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS				
Resultado da Equivalência patrimonial		24.356	-	-
Receitas financeiras	25	115.971	99.056	117.516
Outras		8.025	16.929	2.728
Valor adicionado a distribuir		1.404.832	1.119.768	1.490.096
<u>Pessoal</u>				
Remuneração direta		(381.916)	(291.533)	(406.401)
Benefícios		(145.000)	(94.656)	(175.969)
FGTS		(27.641)	(19.876)	(29.642)
INSS		(78.967)	(59.390)	(84.590)
<u>Impostos, taxas e contribuições</u>				
Federais		(159.400)	(120.314)	(172.156)
Municipais		(27.454)	(15.409)	(30.974)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	25	(414.257)	(355.307)	(414.726)
<u>Remuneração de capitais próprios</u>				
Dividendos		(34.600)	-	(34.600)
Juros sobre capital próprio		(75.400)	(38.780)	(75.400)
Lucros a distribuir		(60.197)	(124.503)	(60.197)
Resultado atribuído a não controladores		-	-	(5.442)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(1.404.832)	(1.119.768)	(1.490.096)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Armac") é uma sociedade por ações de capital aberto, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código ARML3, sediada no município de Barueri, SP, cuja principal atividade operacional baseia-se na locação de máquinas, veículos e equipamentos para carga, descarga e manipulação de materiais agrícolas, de mineração, de construção, entre outros, oferecendo assim um portfólio completo de soluções, com alto padrão de qualidade e tecnologia para atender às necessidades de clientes dos mais variados portes e segmentos de atuação em todas as regiões do Brasil.

Os contratos de locação das máquinas da Armac incluem também a sua manutenção quando necessária, que é realizada por um centro especializado em Vargem Grande Paulista, bem como em oficinas próprias distribuídas em diversas regiões do Brasil e executada por equipe habilitada, muitas vezes formada em programas de desenvolvimento interno, que garantem ganhos de eficiência relevantes em suas operações.

Em linha com seu planejamento estratégico, a Armac, decidiu ingressar em consórcios de obras de infraestrutura para consolidar sua posição de mercado de locação de máquinas. Essa iniciativa, além de permitir o aumento do volume de locação de suas máquinas e garantir sua máxima utilização. Além disso, a Companhia passou a participar majoritariamente da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A., adicionando mais uma oferta ao seu portfólio e, por extensão, mais um fator para seu crescimento estratégico.

As informações sobre controladas em conjunto e controlada podem ser verificadas mais detalhadamente na nota explicativa 12.

2. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

2.1. Aquisição da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A.

Em 31 de julho de 2024, foi concluída a aquisição de 65% das ações da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. com o cumprimento de todas as condições precedentes usuais as operações dessa natureza, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O preço da aquisição foi de R\$65.000 considerando a data base das demonstrações financeiras em 31 de março de 2024, o qual foi corrigido pela variação da taxa CDI até a data do fechamento da transação, composto conforme abaixo:

- (i) R\$32.500 pagos à vista com correção monetária na data de fechamento da operação, totalizando um montante de R\$33.624.
- (ii) R\$32.500 pagos em 4 parcelas semestrais sucessivas de R\$8.125, sendo esse montante atualizado pela taxa CDI, com o primeiro pagamento devido em 31 de janeiro de 2025. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$35.425.

Além das quatro parcelas fixas, há um valor devido a título de contraprestação contingente “earn-out”, sendo que em caso de atendimento as condições contingentes, a Companhia terá um valor complementar a ser pago de R\$32.500, o valor estimado do “earn-out” na data de aquisição é de R\$11.457. A metodologia utilizada para cálculo do valor referente ao “earn-out,” foi simulações de Monte Carlo para estimar a probabilidade de cenários em que o “earn-out” seria devido e o valor médio foi trazido a valor presente.

Ainda como parte da aquisição da Terram Engenharia de Infraestrutura S.A, o contrato de compra e venda de quotas da empresa, prevê uma opção de compra (“Call”) detida pela Armac e uma opção de venda (“Put”) detida pelos vendedores, os quais possuem 35% remanescente, com o intuito de finalizar a aquisição de 100% da empresa. Os acionistas poderão exercer a opção “put and call”, três meses após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2028. O “strike price” para o exercício das opções é um múltiplo de Ebitda semelhante ao múltiplo da aquisição dos primeiros 65%.

O prêmio da opção de compra e venda (“Put” e “Call”), com base em estudos preparados por especialistas independentes, o valor justo da opção de compra e venda foi determinado em R\$9.777 na data da aquisição e foi considerado na formação de preço de compra e consequentemente ajustado para a determinação do ágio.

Os valores contabilizados para esses instrumentos foram:

- a) Opção de venda (“Put”) na data da aquisição, o valor presente da opção de venda no valor de R\$56.567, e registrado como uma obrigação na rubrica “Contas a pagar por aquisição de empresas” no passivo não circulante em contrapartida ao patrimônio líquido na rubrica de “transação de capital entre sócios”.
- b) Opção de compra (“Call”) Com base em estudos preparados por especialistas independentes, o valor justo da opção de compra foi determinado em R\$17.866 na data da aquisição e registrado como um direito na rubrica “opção de compra” no ativo não circulante em contrapartida ao patrimônio líquido na rubrica de “transação de capital entre sócios”

2.2. Alocação do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos identificados adquiridos refere-se à mensuração inicial, sujeito a revisão:

	Terram 65%	Terram 100%
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.684	10.283
Contas a receber	12.412	19.095
Estoques	519	798
Outros ativos	2.120	3.261
Tributos a recuperar	4.003	6.158
Imobilizado	4.181	6.432
Mais valia de ativos imobilizado (*)	12.256	18.856
Mais valia de ativos intangível (**)	12.322	18.957
Total (a)	<u>54.497</u>	<u>83.840</u>

	Terram 65%	Terram 100%
<u>Passivo</u>		
Empréstimos e financiamentos	(2.083)	(3.205)
Fornecedores	(2.736)	(4.209)
Obrigações tributárias	(3.503)	(5.389)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(5.269)	(8.106)
Provisão de contingência	(4.270)	(6.569)
Outras contas a pagar	(706)	(1.086)
Total (b)	<u>(18.567)</u>	<u>(28.564)</u>
 Total de ativos líquidos adquiridos (a - b)	 <u>35.930</u>	 <u>55.276</u>
 Participação da Companhia nos ativos líquidos adquiridos	 35.930	 -
 Pagamento em caixa	 (33.624)	 (33.624)
Parcela de contas a pagar	(33.624)	(33.624)
Parcela de earn-out	<u>(11.457)</u>	<u>(11.457)</u>
Total da contraprestação	<u>(78.705)</u>	<u>(78.705)</u>
 Participação de não controladores mensurada ao valor justo	 -	 (47.648)
 Ágio gerado na aquisição	 <u>42.775</u>	 <u>71.080</u>

(*) Mais valia de ativos imobilizados, o prazo médio de amortização desses bens do ativo imobilizado é de 24 meses.

(**) Mais valia referente a carteira de clientes, o prazo de amortização é de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contas a pagar de aquisições de empresas no montante de R\$124.869, distribuídos pelas seguintes empresas:

- Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. ("Bauko") no montante de R\$17.883.
- Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. ("Terram") no montante R\$106.987. Dos quais R\$35.425 refere-se a parcelas semestrais, R\$12.555 refere-se ao "earn-out" e R\$59.007 refere-se à opção de aquisição dos 35% restantes.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram elaboradas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), em conformidade com as "International Financial Reporting Standards" ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB").

3.2. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Orientação Técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

3.3. Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia possui recursos adequados e suficientes para cumprir suas obrigações de pagamentos.

3.4. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de sua controlada, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e a controlada.

A Administração da Companhia passou a apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do segundo trimestre de 2024, com a participação na constituição dos consórcios Consórcio CCB Fico e Consórcio CRA, e pela aquisição a partir de 31 de julho de 2024 da Terram Engenharia de Infraestrutura S/A. Como resultado e para fins de comparação, as demonstrações financeiras da Armac para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão sendo comparadas com os valores correspondentes da controladora do exercício anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2024, incluem as operações em conjunto dos Consórcio CCB Fico e Consórcio CRA e operações da controlada Terram, a partir das datas de suas constituições e aquisição. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa controlada; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional	Participação (%)
Consórcio CCB Fico	30%
Consórcio CRA	20%
Participação em controlada	Participação (%)
Terram Engenharia de Infraestrutura S.A.	65%

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as empresas sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto (joint operation) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais a Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

3.5. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3.6. Autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 24 de março de 2025, autorizou a divulgação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.7. Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão descritas na nota explicativa nº 4, juntamente com as principais políticas da Companhia, e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos identificados são reconhecidos no mesmo exercício da revisão, se afetar apenas esse exercício e em exercícios posteriores se estes também forem afetados.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

4.1. Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida na demonstração do resultado, de acordo com a norma, quando a obrigação de desempenho relacionada for satisfeita, devendo ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e deve ser reconhecida, quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações.
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da companhia não se modifiquem como resultado do contrato).
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos.
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos.
- Quando for provável que a companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

a) Receita de locação e prestação de serviço

A locação de máquinas, equipamentos, caminhões, e plataformas elevatórias, com ou sem cessão de mão de obra, que viabilizam as demandas técnicas para atender as necessidades de clientes do agronegócio, infraestrutura, mineração, entre outros setores, é a principal receita operacional da Companhia. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço e os pagamentos são realizados em período subsequente a sua emissão. A receita é reconhecida ao longo do tempo do contrato, conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente.

b) Receita de venda de ativos

A receita de venda de ativos (máquinas, equipamentos e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende seus equipamentos através principalmente de lojas próprias.

A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada a vista, no vencimento da fatura ou eventualmente parcelado.

4.2. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pela prestação de serviços de aluguel de equipamentos, prestação de serviços e venda de ativos e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas.

Essa provisão para perdas é estimada considerando dados históricos, ajustados pelas informações acerca do futuro, baseadas nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança.

4.3. Estoques

Mensurados pelo custo de aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

4.4. Custos antecipados de projetos

Incluem custos iniciais aplicados em projetos de maior porte, que envolvem a preparação do local e das máquinas a serem utilizadas, custos de contratação de mão de obra e que ocorrem antes do início efetivo de prestação de serviço aos clientes. Uma vez em operação, estes custos são amortizados com base no tempo de duração dos contratos.

4.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O custo dos itens de imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, bem como os custos diretos para disponibilizar os ativos no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Companhias inclui o custo de materiais e mão de obra direta. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos itens e aplicada sobre o valor de residual mensurado ao valor de mercado. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Companhias obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado da Companhia são:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	com base no contrato de locação
Direito de uso em arrendamento	com base no contrato de locação
Máquinas e veículos para locação	15 a 20 anos
Veículos e equipamentos de apoio	10 a 15 anos
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	5 a 10 anos

A vida útil estimada, bem como os valores residuais e métodos de depreciação e amortização dos bens do imobilizado, são revisados anualmente pela Companhia e suas controladas e os efeitos de eventuais mudanças nas estimativas são registrados prospectivamente.

4.6. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.7. Direito de uso e arrendamentos

Direito de uso de locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis, pátio, depósito e escritórios da Companhia. Na data de início do arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Os ativos são mensurados inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A taxa de depreciação utilizada pela Companhia corresponde ao prazo do contrato de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto mensurada e ajustada à realidade da Companhia ("spread" de crédito). A Administração utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de seus arrendamentos.

4.8. Redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é efetuado o teste de "impairment", considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que, no caso da Companhia são as máquinas e equipamentos, e é estimado o valor recuperável destes ativos, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou indicadores de que os ativos imobilizado e intangível poderiam apresentar “impairment”.

4.9. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A classificação de um ativo financeiro segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual este ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. É efetuada no momento do seu reconhecimento inicial e deve considerar a sua forma de mensuração posterior, ou seja, pelo custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
--	--

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos contratuais de receber aos fluxos de caixa do ativo financeiro se expiram ou são transferidos, ou quando a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse e quando:

- a Companhia transferir substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou
- a Companhia não transferir, nem reter substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o seu controle.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, segundo o CPC 48/IFRS 9, são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”); ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado e o reconhecimento inicial é efetuado no Balanço Patrimonial quando a entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual fazem parte.

A mensuração dos passivos financeiros se dá inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Passivos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes passivos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o passivo é baixado.
--	--

Um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é baixado quando:

- (i) a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada ou
- (ii) quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Após a constituição, as provisões são revisadas mensalmente e atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, considerando-se as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhista e tributário e a Administração analisa esses processos e toma a decisão sobre o devido provisionamento, considerando a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos.

4.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, aplicando-se as taxas de impostos vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e considerando-se eventuais ajustes de exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, prejuízos fiscais, base negativa e créditos fiscais, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Estes ativos somente serão constituídos para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, tais como informações de contratos correntes e de longo prazo com os clientes entre outras, que auxiliam no orçamento de suas receitas, custos e despesas futuras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, podendo ser reduzidos à medida em que sua realização não seja mais provável.

4.12. Lucro por ação

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

4.13. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

4.14. Segmentos operacionais

A Companhia atua exclusivamente na prestação de serviços logísticos e, assim possui somente um segmento operacional, em conformidade com as regras contábeis aplicáveis.

As receitas operacionais da Companhia, decorreram quase que exclusivamente da locação de máquinas e equipamentos, sendo ocasionalmente realizada a atividade de venda de máquinas e equipamentos, para desmobilização do ativo imobilizado. Em relação à locação de máquinas e equipamentos a Companhia disponibiliza maquinário para atividades que perpassam construção civil, infraestrutura, agropecuária, mineração, manejo florestal, fertilizantes, comidas & bebidas, entre outros.

5. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES E/OU INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EMITIDAS

• NOVAS NORMAS/DIVULGAÇÕES

Normas	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de:
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa			
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com "covenants"	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	IFRS 16	01.01.2024

Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

• NORMAS REVISADA E NÃO VIGENTES

Normas	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de:
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	IAS 21	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis		IAS 1	(**)
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	IAS 8	(**)
CPC 40 - Instrumento Financeiro: Evidenciação		IFRS7	(**)
CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa		IAS7	(**)
CPC 40 - Resultado por Ação		IAS33	(**)
CPC 33 - Benefícios a empregados	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	IFRS 19	(**)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Caixa	50	546	72
Bancos conta movimento	1.382	116	1.392
Aplicações financeiras	174.016	253.743	209.448
Total	175.448	254.405	210.912

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração média entre 101% e 102% (101% e 105% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato. A Companhia realizou pontualmente junto aos bancos aplicações em operações compromissadas para movimentação de curtíssimo prazo.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	430.575	475.190

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração média entre 101% e 102% (101% e 105% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

Estes investimentos são contratados com liquidez diária, para atender outras necessidades de curto prazo. A Companhia apresenta esses ativos financeiros em linha específica nas demonstrações financeiras.

8. CONTAS A RECEBER

8.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Cientes	407.585	245.623	444.065
Cientes a faturar (*)	136.812	96.038	144.046
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(25.884)	(16.065)	(25.884)
Total	518.514	325.596	562.227

(*) Clientes cujo contrato de locação ou prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e será faturado em período subsequente; a receita é apurada conforme os respectivos dias transcorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber e no resultado da Companhia.

8.2. Classificação por vencimento

Os saldos a receber de clientes (faturados) por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
A vencer	323.051	185.208	359.531
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	12.169	9.164	12.169
De 31 a 90 dias	7.642	16.675	7.642
De 91 a 180 dias	7.830	4.451	7.830
Acima de 180 dias	56.893	30.125	56.893
Subtotal - vencidos	84.534	60.415	84.534
Saldo final	407.585	245.623	444.065

8.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(16.065)	(6.795)
(+) Constituição	(10.534)	(13.844)
(-) Reversão por negociações	-	2.238
(-) Reversão por recebimento	-	734
(-) Baixa por perda efetiva	715	1.602
Saldo final	(25.884)	(16.065)

9. ESTOQUES

Os estoques estão representados na data base por peças e materiais de manutenção e consumo, utilizáveis na manutenção da frota de máquinas, equipamentos e veículos.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Peças e materiais de manutenção	70.625	53.816	72.453
Peças para revenda	1.537	1.190	1.537
Materiais de consumo	2.070	1.519	2.070
Total	<u>74.232</u>	<u>56.525</u>	<u>76.060</u>

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
PIS e COFINS	5.296	778	5.401
IRPJ e CSLL	1.951	6.170	2.210
INSS	-	487	147
IRRF	25.271	25.790	25.663
Outros	502	97	735
Total	<u>33.020</u>	<u>33.322</u>	<u>34.156</u>

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Custos antecipados de projetos (a)	60.343	43.994	60.342
Despesas antecipadas	11.525	13.039	11.697
Adiantamento a fornecedores	8.824	3.059	9.241
Bonificações	1.980	2.583	1.980
Adiantamento a funcionários	1.776	1.080	2.294
Outros	4.934	7.183	6.051
Total	<u>89.382</u>	<u>70.938</u>	<u>91.606</u>
Ativo Circulante	49.696	42.898	50.802
Ativo Não Circulante	<u>39.686</u>	<u>28.040</u>	<u>40.803</u>
Total	<u>89.382</u>	<u>70.938</u>	<u>91.606</u>

- (a) Incluem custos iniciais aplicados em projetos de maior porte, que envolvem a preparação de local e das máquinas a serem utilizadas, custos de contratação de mão de obra e que ocorrem antes do início efetivo de prestação de serviços aos clientes. Uma vez em operações, estes custos são amortizados com base no tempo de duração do contrato.

12. INVESTIMENTOS CONTROLADAS EM CONJUNTO E CONTROLADAS

A seguir são apresentados os detalhes das investidas da Companhia:

	Participação - (%)	Tipo de participação
Consórcio CCB Fico (1)	30%	Participação direta com controle compartilhado - Joint operation consolidação proporcional
Consórcio CRA (2)	20%	Participação direta com controle compartilhado - Joint operation consolidação proporcional
Terram (3)	65%	Participação direta em Controlada - Consolidação integral

(1) O investimento é resultado de uma *joint operation* constituída entre a Construtora Central do Brasil S/A e a Armac, na proporção de 70% e 30% respectivamente. O consórcio foi constituído a convite da Companhia Vale S.A. com o objetivo de execução de obras por empreitada do pacote 5º FICO - FERROVIA DE INTEGRAÇÃO DO CENTRO-OESTE, localizada nos municípios de Crixás e Nova Crixás, ambos no Estado de Goiás, com vigência de 18 meses com término em agosto de 2025. Dentre as atribuições do Consórcio, está a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização das obras.

(2) O investimento é resultado de uma *joint operation* constituída entre a Construtora Central do Brasil S/A, R&D Mineração e Construção Ltda, e a Armac, com participação de 40%, 40% e 20%, respectivamente. O consórcio foi constituído a convite da Companhia Rumo S/A, com o objetivo de execução de obras de infraestrutura ferroviária do KM 127+600 ao KM 162+815, localizada entre os municípios de Dom Aquino e Poxoréo, ambos no estado do Mato Grosso, com vigência de 21 meses com término em dezembro de 2025. Dentre as atribuições do Consórcio, está a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização da obra.

(3) A Terram Engenharia de Infraestrutura S.A. é uma empresa do segmento de terraplanagem, geotecnia, contenções, drenagem e pavimentação, que além de realizar obras, auxilia no desenvolvimento dos projetos e estudos preliminares com uma equipe especializada. Conforme divulgado na nota explicativa 2.1, a Armac adquiriu 65% da Terram em 31 de julho de 2024, que passou a ser sua *controlada direta*.

12.1. Movimentação dos investimentos em empresas controladas em operação em conjunto e controlada direta.

Empresas	Saldo final em 31/12/2023	Patrimônio Líquido	(-) Dividendos e Juros sobre capital próprio	Resultado de equivalência patrimonial (*)	Mais valia de marca	Mais valia de ativos	Mais valia da carteira de clientes	Goodwill	Depreciação de Mais Valias (*)	Saldo final em 31/12/2024
Consórcio CCB	-	-	-	7.135	-	-	-	-	-	7.135
Consórcio CRA	-	-	-	7.115	-	-	-	-	-	7.115
Terram	-	11.351	(1.309)	15.490	5.528	12.257	6.792	42.775	(5.384)	87.500
Total	-	11.351	(1.309)	29.740	5.528	12.257	6.792	42.775	(5.384)	101.750

(*) O resultado de equivalência patrimonial que esta sendo apresentado na demonstração de resultado do exercício está líquidos das depreciações e amortizações de mais valia R\$24.356.

12.2. Investimentos em empresas controlas em operações em conjunto (joint operations) e controlada direta.

	Joint operations			
	Consórcio CCB		Consórcio CRA	
	100%	30%	100%	20%
Ativo circulante	69.114	20.734	43.836	8.767
Ativo não circulante	859	258	5.697	1.139
Passivo circulante	(46.190)	(13.857)	(13.960)	(2.792)
Patrimônio Líquido (negativo)	(23.783)	(7.135)	(35.573)	(7.115)
Receitas	137.062	41.119	179.267	35.853
Custos e Despesas	(113.279)	(33.984)	(143.694)	(28.739)
Lucro líquido	<u>23.783</u>	<u>7.135</u>	<u>35.573</u>	<u>7.115</u>

	Terram	
	Controlada	
	100%	65%
Ativo circulante	53.745	34.934
Ativo não circulante	16.796	10.917
Passivo circulante	(23.765)	(15.317)
Passivo não circulante	(7.686)	(4.996)
Patrimônio Líquido	(15.459)	(10.048)
Receitas	69.571	45.221
Custos e Despesas	(38.127)	(24.782)
Lucro líquido	<u>23.831</u>	<u>15.490</u>

13. IMOBILIZADO

13.1. Composição do Imobilizado - Controladora

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em Arrendamento	Máquinas e equipamentos para locação e serviços	Veículos e equipamentos de apoio	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em Andamento (iii)	Terrenos	Total
<u>Custo de aquisição</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.781	83.277	2.285.585	147.991	10.515	41.087	-	2.603.236
(+) Adições (i)	8.124	18.282	440.011	87.328	6.583	24.913	-	585.241
(+/-) Transferências	1.620	-	9.327	11.396	-	(22.343)	-	-
(-) Baixa de ativos	-	(239)	(104.410)	(1.922)	-	-	-	(106.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.525	101.320	2.630.513	244.793	17.098	43.657	-	3.081.906
(+) Adições (i)	4.047	9.201	467.329	123.778	1.067	31.438	1.651	638.511
(+/-) Transferências	-	-	12.855	-	-	(12.855)	-	-
(-) Baixa de ativos (ii)	-	-	(145.769)	(3.587)	(330)	-	-	(149.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.572	110.521	2.964.927	364.984	17.835	62.240	1.651	3.570.731
<u>Depreciação</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.012)	(10.577)	(255.784)	(20.779)	(1.861)	-	-	(290.013)
(+) Adições	(2.371)	(9.491)	(116.539)	(45.679)	(3.006)	-	-	(177.086)
(-) Baixa de depreciação	-	-	23.016	925	81	-	-	24.022
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.383)	(20.068)	(349.888)	(64.222)	(4.867)	-	-	(442.428)
(+) Adições	(4.893)	(12.194)	(73.135)	(89.249)	(3.375)	-	-	(182.846)
(-) Baixa de depreciação (ii)	-	-	33.164	986	152	-	-	34.302
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.276)	(32.262)	(389.859)	(152.485)	(8.090)	-	-	(590.972)
<u>Valor residual líquido</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	41.142	81.252	2.280.625	180.571	12.231	43.657	-	2.639.478
Em 31 de dezembro de 2024	40.296	78.259	2.575.070	212.499	9.745	62.240	1.651	2.979.759
<u>Taxa mínima e máxima de depreciação</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	De acordo com o contrato	De acordo com o contrato	5% a 12,5%	12,5% a 50%	10% a 20%			
Em 31 de dezembro de 2024	De acordo com o contrato	De acordo com o contrato	4,3% a 10,6%	8,5% a 36,6%	10% a 20%			

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou convênio com instituições financeiras de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas no montante de R\$372.367 (R\$389.720 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 15.3 - Fornecedores convênio
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024 do total de R\$115.384 (R\$81.900 em 31 de dezembro de 2023) de baixas líquidas, a parcela de R\$114.291 (R\$76.258 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a custo na baixa de ativos vendidos, sendo o restante de R\$1.093 (R\$5.642 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a custo dos ativos que foram objeto de sinistros, os quais compõem as rubricas de custo na venda ou baixa de imobilizados apresentados na nota explicativa nº 23 - Custos e Despesas por Natureza.
- (iii) Referem-se a adiantamento a fornecedores para compra de máquinas e equipamentos e gastos de obras em andamento na filial de Vargem Grande Paulista - VGPIII que tem previsão de conclusão em dez.2025.

13.2. Composição do Imobilizado - Consolidado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em arrendamento	Máquinas e equipamentos para locação	Veículos e equipamentos de apoio	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
<u>Custo de aquisição</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.525	101.320	2.630.513	244.793	17.098	43.657	-	3.081.906
(+) Adições	4.047	10.872	477.408	123.778	1.405	31.438	1.651	650.598
(+) Aquisição de empresa	-	-	102.964	-	715	621	-	104.300
(+/-) Transferências	-	-	12.855	-	-	(12.855)	-	-
(-) Baixa de ativos	-	-	(147.761)	(3.587)	(334)	-	-	(151.682)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.572	112.192	3.075.979	364.984	18.884	62.861	1.651	3.685.122
<u>Depreciação</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.383)	(20.068)	(349.888)	(64.222)	(4.867)	-	-	(442.428)
(+) Adições	(4.893)	(12.364)	(78.324)	(89.249)	(3.405)	-	-	(188.235)
(+) Aquisição de empresa	-	-	(78.430)	-	(582)	-	-	(79.011)
(-) Baixa de depreciação	-	-	34.764	986	152	-	-	35.902
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.276)	(32.432)	(471.878)	(152.485)	(8.703)	-	-	(673.773)
<u>Valor residual líquido</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	41.142	81.252	2.280.625	180.571	12.231	43.657	-	2.639.478
Em 31 de dezembro de 2024	40.296	79.760	2.604.100	212.499	10.182	62.861	1.651	3.011.349
<u>Taxa mínima e máxima de depreciação</u>								
Em 31 de dezembro de 2023	De acordo	De acordo	5% a 12,5%	12,5% a 50%	10% a 20%			
Em 31 de dezembro de 2024	com o contrato	com o contrato	4,3% a 10,6%	8,5% a 36,6%	10% a 20%			

13.3. Arrendamento Mercantil de Direito de Uso

A Administração da Companhia analisou seus contratos vigentes e concluiu que parte deles se enquadram na classificação de arrendamento mercantil, efetuando as contabilizações correspondentes a essa norma.

Em 31 de dezembro de 2024, do total de contratos que a Companhia possuía vigentes, 42 contratos (32 em 31 de dezembro de 2023) se enquadravam nos critérios para classificação como arrendamento mercantil.

Os demais, como aluguéis variáveis de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso por não atenderem aos critérios de prazo e valor estabelecidos pela norma correspondente, estão registrados na rubrica “Outros Custos” - nota explicativa nº 23, em contrapartida da conta de “Fornecedores” - nota explicativa nº 15. Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de ativo imobilizado, e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual.

Para determinar o prazo de arrendamento foi considerado o prazo contratual. Se o contrato contiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Companhia em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato. Ademais, a Companhia não possui contratos firmados com prazos indeterminados.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

	Imóveis partes relacionadas	Contratos com Terceiros Valor	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	59.168	15.982	75.150	75.150
(+) Novas operações	-	13.216	13.216	13.216
(+) Remensurações	4.543	523	5.066	5.066
(+) Juros incorridos	6.571	3.768	10.339	10.339
(-) Rescisão de contrato	-	(239)	(239)	(239)
(-) Pagamentos de principal	(2.525)	(4.035)	(6.560)	(6.560)
(-) Pagamentos de juros	(6.571)	(3.768)	(10.339)	(10.339)
Em 31 de dezembro de 2023	61.186	25.447	86.633	86.633
(+) Novas operações	-	10.708	10.708	12.379
(+) Remensurações (a)	2.855	(4.362)	(1.507)	(1.507)
(+) Juros incorridos	8.114	3.627	11.741	11.806
(-) Pagamentos de principal	(2.023)	(6.697)	(8.720)	(8.834)
(-) Pagamentos de juros	(8.114)	(3.627)	(11.741)	(11.807)
Em 31 de dezembro de 2024	62.018	25.096	87.114	88.670

(a) Vide maiores detalhes sobre as remensurações na nota explicativa nº 20 - Partes Relacionadas.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Circulante	7.869	8.505	8.238
Não Circulante	79.245	78.128	80.432
Total	87.114	86.633	88.670

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais trazidos a valor presente por uma taxa média de 13,30% ao ano para os contratos registrados até 31 de dezembro de 2024 (15,27% ao ano para os contratos registrados até 31 de dezembro de 2023).

Os pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador podem gerar o direito ao crédito de PIS e COFINS, para os casos em que o arrendador seja uma pessoa jurídica. Como a grande maioria dos contratos de locação estão ligados a pessoa física, a Administração concluiu que não há impactos dessas transações a serem divulgados.

Em atendimento a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 que veda a projeção futura de inflação e ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e, ainda com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2024:

Controladora			
Ano	Valor presente Líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor das prestações descontadas
2025	7.869	10.906	18.775
2026	7.047	9.892	16.939
2027	5.448	9.040	14.488
2028	3.824	8.412	12.236
2029	2.823	7.996	10.818
2030	3.130	7.613	10.743
2031 em diante	56.973	47.191	104.164
Total	<u>87.114</u>	<u>101.050</u>	<u>188.163</u>

Consolidado			
Ano	Valor presente Líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor das prestações descontadas
2025	8.238	11.073	19.311
2026	8.235	10.183	18.418
2027	5.448	9.040	14.488
2028	3.824	8.412	12.236
2029	2.823	7.996	10.819
2030	3.130	7.613	10.743
2031 em diante	56.972	47.192	104.164
Total	<u>88.670</u>	<u>101.509</u>	<u>190.179</u>

13.4. Revisão das vidas úteis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia de acordo com sua política contábil de reavaliar anualmente a vida útil de seus ativos, contratou uma empresa especializada em avaliação de ativos, a qual analisou a vida útil dos ativos em linha com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado. Também foi objeto desta avaliação o fato de a Companhia ter expandido o seu centro de manutenção com a criação de programas de monitoramento de seus ativos e como resultado dessa avaliação, reconheceu-se o aumento da vida útil dos ativos analisados de linha amarela de 10 anos para 15 anos, de caminhões de 10 anos para 15 anos, e de plataformas elevatórias de 10 anos para 20 anos.

Ainda como parte da aplicação de sua política contábil, a Companhia efetuou a reavaliação periódica do valor residual de suas máquinas no 1º trimestre de 2024 (mesmo procedimento ocorrido no 1º trimestre de 2023), considerando o mercado de venda de usados e efetuou os devidos ajustes no valor residual de seus ativos, e nas taxas de depreciação utilizadas que estão divulgadas no mapa de movimentação dos ativos imobilizados.

13.5. Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Com base no resultado do trimestre e expectativa de resultado para o exercício, a Administração da Companhia concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos.

14. INTANGÍVEL

14.1. Composição do Intangível

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Sistemas e aplicativos	11.703	4.284	11.703
Marcas e patentes	464	464	464
Desenvolvimento de projetos	43	9.748	43
Ágio na incorporação e aquisição de controladas	95.337	95.337	166.411
Mais valia no contrato de clientes	7.847	15.585	13.943
Mais valia da marca	-	-	8.505
Total	115.394	125.418	201.068

Empresa	Ágio na incorporação e aquisição de controladas	Mais valia - Contrato de clientes (i)	Mais valia - Marca
RCB	12.441	886	-
Bauko	82.896	6.961	-
Terram	71.074	6.097	8.505
Total	166.411	13.943	8.505

- (i) Mais valia referente ao fluxo de caixa descontado esperado dos contratos de locação e prestação de serviço em vigor na data da aquisição da Bauko, RCB e Terram. O prazo de amortização desses ativos é de 12 a 52 meses.

14.2. Movimentação do Intangível

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	125.418	125.039	125.418
Adições	868	8.945	868
Amortização	(3.154)	(790)	(3.154)
Amortização de mais valia	(7.738)	(7.776)	(12.090)
Ágio na aquisição de controladas	-	-	71.074
Mais valia em contrato com clientes	-	-	10.448
Mais valia da marca	-	-	8.504
Saldo final	115.394	125.418	201.068

15. FORNECEDORES E FORNECEDORES CONVÊNIO

15.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Fornecedores de peças e serviços	27.961	36.175	36.091
Fornecedores convênio	398.261	360.128	398.261
Total	426.222	396.303	434.352

15.2. Fornecedores de peças e serviços

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais.

15.3. Fornecedores Convênio

A Companhia realizou convênio com instituições financeiras parceiras de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas. Nessa operação, os fornecedores prorrogam os vencimentos dos títulos e transferem o direito de recebimento das vendas de máquinas a prazo para as instituições financeiras. Em troca recebem esses recursos das instituições financeiras sem a necessidade de os referidos fornecedores possuírem linha de crédito contratada e com custo financeiro reembolsado pelos fornecedores.

As operações de risco sacado possuem taxas de desconto de 1,02% ao mês e prazos médios entre 244 e 328 dias (1,16% e 1,23% ao mês e prazos médios entre 207 e 283 dias em 31 de dezembro de 2023) e sua movimentação é apresentada a seguir.

Adicionalmente, estes passivos denominados fornecedores convênio possuem cláusulas restritivas comuns de mercado (financeiras e não financeiras), as quais a Companhia estava adimplente em 31 de dezembro de 2023 e 30 de dezembro de 2024.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	360.128	167.472
Novos compromissos	416.878	405.639
Pagamento de principal	(339.573)	(216.185)
Pagamento de juros	(40.992)	(14.044)
Juros incorridos	46.332	33.165
Ajuste a valor presente	(44.512)	(15.919)
Total	<u>398.261</u>	<u>360.128</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1. Composição dos saldos

Credor	Modalidade	% Taxa ao ano	Vencimento	Controladora		Consolidado
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
CDCA - 1ª. Série	CRA	CDI + 1,65%	2028	102.332	102.196	102.332
CDCA - 2ª. Série	CRA	IPCA + 7,57%	2029	439.372	418.285	439.372
Debênture - 2a Emissão	Debênture	CDI + 2,50%	2028	-	1.013.282	-
Debênture - 3a Emissão	Debênture	CDI + 2,25%	2029	306.010	306.040	306.010
Debênture - 4a Emissão	Debênture	CDI + 1,90%	2032	720.114	-	720.114
Debêntures - 5a Emissão	Debênture - 1ª					
	Série	CDI + 1,35%	2032	462.799		462.799
Debêntures - 5a Emissão	Debênture - 2ª					
	Série	CDI + 1,60%	2032	393.637		393.637
Banco ABC Brasil	Finame	SELIC + 3,0%	2026-27	16.465	20.850	16.465
Bradesco	CDC	Pré 9,9 - 10,1%	2025	898	1.884	898
Bradesco	Leasing	Pré 4,9 - 6,9%	2022-24	-	2.309	-
Banco do Brasil	CCE / NCE	CDI + 2,35%	2028	-	200.668	-
Santander	CDC	Pré 8,7 - 9,9%	2024-25	3.524	8.121	3.524
Banco Volvo Brasil	Pré - Fixado	Pré 13,75%	2028	-		2.029
Banco Caterpillar	Pré - Fixado	Pré + 12,54%	2026	-		592
Volvo Administradora de consórcio	Consórcio	Tx Adm 12,5% + 0,40%	2026	-		630
Outras Instituições	CDC	Pré 6,7 - 10,2%	2022-25	3.473	8.116	3.473
Outras Instituições	Capital de					
	Giro/CDC/Leasing	Pré 6,6 - 11,6%	2022-25	140	2.380	140
Subtotal				2.448.764	2.084.132	2.452.015
(-) Custos a amortizar				(61.645)	(34.044)	(61.645)
Total				<u>2.387.119</u>	<u>2.050.087</u>	<u>2.390.369</u>
Passivo circulante				72.145	261.370	73.555
Passivo não circulante				2.314.974	1.788.717	2.316.814

16.2. Características das operações

Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA

Em 15 de junho de 2022 a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA") em favor da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Emissora" ou "Securitizadora") que servem de lastro de certificados de recebíveis do agronegócio de emissão da Securitizadora ("CRA").

Em 21 de julho de 2022, foi concluída a colocação privada de 500.000 CRA, emitidos pela Armac e Bauko, sendo i) 101.730 da Primeira série e ii) 398.270 CRA da Segunda série (“CRA Primeira Série”, “CRA Segunda Série”, respectivamente, e, quando referidas em conjunto e indistintamente, “CRA”), cada um com valor unitário de R\$1.000,00, no valor total de R\$500.000 (“Valor Total da Emissão”), sendo R\$101.730 referentes aos CRA da Primeira Série e R\$398.270 referentes aos CRA da Segunda Série, conforme definido em procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores.

Sobre os CDCA vinculados aos CRA Primeira Série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo” (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa equivalente a 1,65% ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração é paga de forma semestral tendo o primeiro pagamento ocorrido em 13 de dezembro de 2022. A amortização será em duas parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2027 e a segunda na data de 14 de junho de 2028.

O valor nominal ou saldo do valor nominal do CDCA vinculado aos CRA Segunda Série, conforme o caso, é atualizado pela variação acumulada do IPCA e será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela devida em 13 de junho de 2028 e a última parcela devida em 13 de junho de 2029. Sobre o valor nominal atualizado do CDCA vinculado aos CRA Segunda Série incidem juros remuneratórios equivalentes a 7,5779% ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração será paga de forma semestral tendo o primeiro pagamento ocorrido em 13 de dezembro de 2022.

Debêntures

Em 1º de novembro de 2021, foi realizada, pela Companhia, sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitidas com base nos termos da Instrução CVM 476, para distribuição pública, no valor total de R\$1.000.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em parcelas anuais a partir de 25 de novembro de 2024 e com vencimento em 25 de novembro de 2028 (“Debêntures - 2ª Emissão”). Em 14 de dezembro de 2021, a oferta pública com esforços restritos foi encerrada com a totalidade das debêntures subscritas e integralizadas.

A remuneração das Debêntures - 2ª Emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,50% ao ano.

Em 19 de julho de 2022, foi realizado o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures - 1ª Emissão, cujo código de ativo era ARML11, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão da Armac Locação, Logística e Serviços S.A.” pelo seu valor nominal unitário acrescido de juros remuneratórios e prêmio, totalizando R\$286.406.

Em 4 de novembro de 2022, foi realizada, pela Companhia, sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única emitidas com base nos termos da Instrução CVM nº 476, para distribuição pública, no valor total de R\$300.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em duas parcelas anuais iguais a partir de 4 de novembro de 2028. A remuneração da Debênture 3ª emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescidas de uma sobretaxa de 2,25% ao ano.

Em 20 de março de 2024 foi realizada pela Companhia, sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única emitidas com base nos termos da Instrução CVM 160, para distribuição pública, no valor total de R\$694.350, emitidas sob o rito de registro automático de distribuição destinada exclusivamente investidores profissionais.

Sob a Debênture incidirão juros remuneratórios em percentual correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa máxima de 1,90% ao ano. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, inclusive, conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão.

Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados no curso normal dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, para reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

Em 25 de setembro de 2024 foi realizada pela Companhia sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, emitidas com base nos termos da Instrução CVM 160, para distribuição pública, no valor total de R\$1.000.000, emitidas sob o rito de registro automático de distribuição destinada exclusivamente a investidores profissionais. Ainda como parte da estratégia de gestão de caixa, a Companhia efetuou o resgate parcial de 165.646 debêntures no valor de R\$168.034, uma vez que o custo de carregio deste caixa não estava alinhado com a estratégia da Companhia.

Sob a 1ª Série, incidirão juros remuneratórios em percentual correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa máxima de 1,35% ao ano, e o valor nominal unitário dessa série será amortizado em três parcelas anuais, a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, inclusive, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão. Sob a 2ª Série, incidirão juros remuneratórios em percentual correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa máxima de 1,60% ao ano, e o valor nominal unitário dessa série será amortizado em três parcelas anuais, a partir do 8º (oitavo) ano contado da Data de Emissão, inclusive, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta foram totalmente destinados ao refinanciamento da sua 2ª Emissão de Debêntures.

Outras operações para investimentos em máquinas e equipamentos

“Finame”

Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento.

CDC

Os contratos possuem carência de até um ano para o início de amortização de principal e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento.

“Leasing”

Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano.

Capital de Giro

São Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar o capital de giro, além da compra de máquinas e equipamentos para as operações.

CCE

São Cédulas de Crédito à Exportação emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar a compra de máquinas e equipamentos para as operações.

16.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	2.050.087	2.064.673	2.050.087
(+) Aquisição de empresa	-	-	3.055
(+) Captações (a)	1.694.350	-	1.694.775
(+) Juros apropriados	345.338	303.979	345.429
(-) Amortização de principal (b)	(1.385.322)	(36.450)	(1.385.552)
(-) Juros pagos	(283.806)	(282.115)	(283.896)
(-) Custos de emissão (a)	(33.528)	-	(33.528)
Saldo final	<u>2.387.119</u>	<u>2.050.087</u>	<u>2.390.369</u>

(a) Estes custos foram apresentados conjuntamente com o montante de captação na demonstração do fluxo de caixa.

(b) Do Total de R\$1.385.322, o montante de R\$1.165.646 refere-se ao pré-pagamento da debênture 2ª emissão, o montante de R\$200.410 refere-se ao pagamento do Banco do Brasil e o saldo remanescente refere-se a outras amortizações.

16.4. Cronograma de amortização

Em 31 de dezembro de 2024, o cronograma de amortização do saldo da dívida antes dos custos a amortizar está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
2024	-	244.749	-
2025	73.474	262.562	74.884
2026	4.211	254.211	5.039
2027	2.595	252.595	3.211
2028	470.755	720.880	471.153
2029	369.025	349.134	369.025
2030	381.763	-	381.763
2031	381.763	-	381.763
2032	509.568	-	509.568
2033	127.805	-	127.805
2034	127.805	-	127.805
	<u>2.448.764</u>	<u>2.084.131</u>	<u>2.452.015</u>

16.5. “Covenants” e Garantias

Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras estão sujeitos a cláusulas de vencimento antecipado que, entre outras, incluem:

- i) Obrigação da Companhia de envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por firmas de auditoria independente.
- ii) Restrição para realizar redução de capital.
- iii) Restrição a alteração do controle, direto ou indireto.
- iv) Cláusula restritiva (“covenant”) prevendo que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses deve ser igual ou inferior a 3,50. Os contratos de empréstimos e financiamentos que incluem a cláusula de “covenant” são os CDCA e a 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia.

A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia não apresenta qualquer espécie de garantia, com exceção dos CDCAs que têm como garantia os contratos de locação com clientes na cadeia do agronegócio e os leasings e “FINAMEs” que tem como garantia os próprios ativos financiados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas acordadas.

17. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

17.1. Composição do parcelamento

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Lei nº 14.740/23 - Programa de Autorregularização Incentiva (i)	7.324	-	7.324
PIS e COFINS	122	256	122
INSS	109	128	109
Total	<u>7.555</u>	<u>384</u>	<u>7.555</u>
Passivo Circulante	2.379	171	2.379
Passivo não circulante	5.176	213	5.176
Total	<u>7.555</u>	<u>384</u>	<u>7.555</u>

- (i) A Companhia aderiu em junho de 2024 ao programa de autorregularização incentivada dos débitos tributários de PIS, COFINS, IRRF, CSRF, CP Segurados, CP Patronal e CP Terceiros no montante de R\$17.153. Como forma de quitação dos débitos, a Companhia utilizou o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social equivalente a 50% dos créditos, no montante de R\$8.577. Em relação ao saldo remanescente no valor de R\$8.577, o pagamento se dará por meio de 48 parcelas mensais sem correção monetária.

17.2. Movimentação do parcelamento

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	384	628	384
(+) Novos parcelamentos	17.153	-	17.153
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social	(8.577)	-	(8.577)
(+) Atualização monetária	628	45	628
(-) Amortização do principal	(1.901)	(287)	(1.901)
(-) Juros pagos	(132)	(2)	(132)
Saldo final	<u>7.555</u>	<u>384</u>	<u>7.555</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Companhia considera todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida, bem como a avaliação dos seus assessores jurídicos, para realizar uma estimativa confiável dos valores das obrigações e probabilidade de saída de recursos. A partir desta análise, a Administração decide também sobre a necessidade de constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis sobre os processos judiciais em andamento e a sua movimentação no período é apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Saldo inicial	166	722	166
(+) Aquisição de controlada - Provisão constituída (i)	-	-	6.798
(+) Adições	1.508	569	1.508
(-) Reversões por alteração de prognóstico ou ajuste de provisão	(48)	(569)	(331)
(-) Reversões por pagamento	(325)	(556)	(348)
Saldo final	<u>1.301</u>	<u>166</u>	<u>7.793</u>

(i) Processo tributário da controlada Terram - Ação de Execução Fiscal, de ISSQN.

Os processos de perda possível na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia são apresentados a seguir por natureza:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Cíveis	6.967	1.745	6.967
Tributário	13	156	21
Trabalhistas (i)	68.417	12.666	68.616
Total	<u>75.397</u>	<u>14.567</u>	<u>75.604</u>

(i) Os principais pleitos das ações, trabalhistas da Companhia são: diferenças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade e ações indenizatórias decorrentes acidentes do trabalho.

19. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

A Companhia por meio das combinações de negócios registra as opções de compras das participações remanescentes das quotas de capitais das investidas, além das parcelas contingentes contratuais.

Destacamos que as bases de mensuração são estimativas considerando bases contratuais, balanços históricos e respectiva modelagem prospectiva (por tratar-se de pagamentos futuros baseados em resultados futuros). Dado o grau de incerteza, eventuais acertos de contas, podem surgir mudanças entre a provisão constituída e sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024 a composição desses passivos financeiros estava assim registrada:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
RCB	-	1.959
BAUKO	17.883	16.198
TERRAM	106.987	-
Total	<u>124.869</u>	<u>18.087</u>
Passivo circulante	18.244	1.959
Passivo não circulante	106.625	16.128
Total	<u>124.869</u>	<u>18.087</u>

19.1. Movimentação do passivo de aquisição de controladas

	Consolidado			
	RCB	Bauko	Terram	Total
Saldo inicial em 31/12/2023	1.959	16.128	-	18.087
Aquisição de controlada com correção	-	-	67.239	67.239
Earn-out na aquisição	-	-	11.457	11.457
Opção de venda - <i>put</i> na aquisição	-	-	56.567	56.567
Pagamento do preço de aquisição + juros	-	-	(33.624)	(33.624)
Atualização do earn-out	-	-	1.098	1.098
Atualização da opção de venda - <i>put</i>	-	-	2.440	2.440
Baixa por indenização	(2.127)	-	-	(2.127)
Juros apropriados	168	1.754	1.811	3.734
Saldo final em 31/12/2024	<u>-</u>	<u>17.883</u>	<u>106.987</u>	<u>124.869</u>

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.008.876 (R\$1.004.034 em 31 de dezembro de 2023) é representado por ações ordinárias sem valor nominal conforme o quadro abaixo:

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Número de Ações	Participação %	Número de Ações	Participação %
Acionistas controladores	174.020.920	50,22%	174.020.920	50,29%
Outros	172.473.177	49,78%	171.995.121	49,71%
	<u>346.494.097</u>	<u>100,00%</u>	<u>346.016.041</u>	<u>100,00%</u>

A Companhia está autorizada, com base em seu Estatuto, a aumentar o capital social até o limite de R\$2.000.000 por deliberação do Conselho de Administração. Este aumento do capital social tem o objetivo de atender aos planos de exercícios de outorga de ações, descritos a seguir e está sendo apresentado como Reserva de Capital, na rubrica de Emissão de Instrumentos Patrimoniais.

Em reunião realizada em 30 de abril de 2024 foi deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, aumento de capital social no montante de R\$4.843, correspondente a emissão de 478.756 novas ações ordinárias, sendo que o preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto no Plano e nos Contratos de Opção celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, no montante de R\$10,13. O aumento ocorreu em razão do exercício de opções de compra de ações detidas por beneficiários no âmbito do Programa de Opções 2022- A.

Todas as ações têm os mesmos direitos em relação aos ativos residuais da Companhia. Os titulares das ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos e um voto por ação nas deliberações da Companhia.

As variações nos períodos apresentados decorrem de operações de custódia remunerada pela corretora que faz a custódia das ações do grupo controlador.

20.2. Reserva de capital

a) Ágio na emissão de ações

O saldo referente ao ágio na emissão de ações em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 é de R\$125.462 e corresponde à emissão de 442.327 novas ações, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multi, estratégia ocorrida antes da abertura de capital.

b) Plano de pagamento com base em ações

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de julho de 2021 aprovou a constituição do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia a ser administrado pelo Conselho de Administração. O plano prevê a outorga de até 4% do capital subscrito da Companhia por meio de diferentes programas de opções de compra de ações a serem constituídos no longo prazo no âmbito deste Plano.

As opções de compra de ação podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data limite para exercício. As outorgas podem ser realizadas para membros da Administração da Companhia entre eles diretores, gerentes e coordenadores, com exceção dos diretores controladores.

Os custos dos planos da Companhia são mensurados pelo valor justo na sua data de outorga, estimados com base no modelo denominado Black & Scholes. A Companhia adotou o procedimento de reconhecer estes custos pelo método linear durante o “vesting period”, compreendido entre a data da outorga (concessão) até a data em que o colaborador tem o direito de exercer a opção, com um correspondente aumento (i) no patrimônio líquido, na rubrica “opções outorgadas reconhecidas” incluída nas “reservas de capital”; e (ii) na demonstração do resultado do período, sendo alocado nas rubricas “custos”, “despesas gerais, administrativas e outras”.

Durante o exercício de 2024 a Companhia acessou o plano 2 de remuneração baseada em ações, no qual possui 3 modalidades (i) a um preço de exercício simbólico de R\$0,01 por ação; (ii) a um preço fixo de R\$10,13 de exercício por ação; e (iii) a um preço fixo de R\$exercício por ação condicionado ao atingimento de metas coletivas. Como consequência desse acesso, houve ajustes na modalidade (iii) “preço fixo” para refletir os cancelamentos parciais das outorgas. Como resultado houve diminuição na estimativa de remuneração e consequentemente uma reversão da despesa contabilizada em períodos anteriores. O efeito líquido dessas transações em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$2.192.

20.3. Reserva de Lucros

a) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até que seu valor atinja 20% do capital social realizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é realizada em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal).

Em 22 de dezembro de 2023, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$22.800 referente ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2023. O pagamento destes juros sobre capital próprio foi efetuado em 19 de abril de 2024.

Em 26 de março de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$24.000 referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2024. O pagamento destes juros sobre capital próprio foi efetuado em 19 de abril de 2024.

Em 28 de junho de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024, no montante de R\$34.600 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$25.400. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio ocorreu em 25 de julho de 2024. Ambas as deliberações são ad referendum de AGO a ser realizada até o final de abril de 2025.

Em 30 de setembro de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$26.000 referente ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2024. O pagamento destes juros sobre capital próprio será efetuado em data a ser definida pela diretoria executiva.

Nos termos do ICPC08 - Interpretação Técnica sobre Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, em razão de não se constituir obrigação presente na data destas demonstrações financeiras, o montante dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser deliberados em excesso aos dividendos mínimos obrigatórios em reunião do Conselho de Administração da Cia. ad referendum de AGO serão mantidos em rubricas contábeis internas no patrimônio líquido e quando efetivamente pagos serão registrados em rubrica contábil redutora do patrimônio líquido. Estes saldos serão baixados por ocasião da aprovação em AGO realizada em 2025.

20.4. Ações em Tesouraria

Plano de Recompra de Ações

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de maio de 2022 foi aprovado plano de recompra para a aquisição, pela Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações, de ações ordinárias de sua própria emissão, com os seguintes termos e condições:

- a) Objetivo da Operação: Adquirir ações de emissão da própria Companhia em bolsa de valores, a preço de mercado, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou posteriormente alienadas no mercado. As ações mantidas em tesouraria poderão ser destinadas a eventual exercício de opções no âmbito de plano de opção de compra de ações da Companhia.
- b) Quantidade de ações: a quantidade total a ser adquirida é de até 13.830.380 (treze milhões, oitocentas e trinta mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalente à 4% do total de ações de emissão da Companhia e a 8,13% das ações em circulação em 5 de maio de 2022.
- c) Prazo: o prazo máximo para a realização da operação é de 18 meses a partir de 6 de maio de 2022, encerrou em 5 de novembro de 2023.
- d) Modo de aquisição e preço: a aquisição das ações será feita no pregão da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a preço de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.

Informações adicionais sobre o plano de recompra de ações estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da B3.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía ações ordinárias de própria emissão em tesouraria no montante de R\$3.483 (R\$4.822 em 31 de dezembro de 2023), representado por 293.444 ações ordinárias (406.229 em 31 de dezembro de 2023), conforme informações de recompra abaixo:

<u>Mês</u>	<u>Operação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor do custo</u>	<u>Valor médio da ação (R\$0,00)</u>
2024	Exercício de opções (a)	(112.785)	1.339	11,87

- (a) Vide informações sobre esse exercício de opções na nota explicativa 20.2 - Reserva de Capital item b - Plano de pagamento baseado em ações.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas entre a Companhia e as partes relacionadas que afetam o resultado, estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Transações patrimoniais</u>		
Contas a receber Terram (a)	5.842	-
Contas a receber Consórcios (b)	3.061	-
Conta corrente Consórcios (c)	7.884	-
	<u>16.787</u>	<u>-</u>
<u>Transações de resultado</u>		
Arrendamento direito de uso (d)	10.137	9.096
Remuneração dos administradores (e)	7.041	7.397
Vendas de serviços Terram (a)	11.793	-
Vendas de serviços Consórcios (b)	9.114	-
	<u>38.084</u>	<u>16.494</u>

- (a) Operações “intercompany” com a Terram, onde R\$4.533 refere-se a recebimento por locações de máquinas e equipamentos, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes e R\$1.309 refere-se a dividendos a receber.
- (b) Operações “intercompany” com os consórcios CCB Fico e CRA, referente a recebimento por locações de máquinas e equipamentos, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes. Os valores apresentados representam a participação proporcional da Armac nas operações em conjunto.
- (c) Os saldos referem-se às operações com o Consórcio CCB CRA, e são relativos a aportes de recursos para andamento das operações. Esses recursos são tratados como conta corrente, pois foram superiores ao aporte relacionado ao percentual de participação no Consórcio. Esses aportes serão devolvidos para a Companhia de acordo com o fluxo de caixa dos Consórcios.
- (d) Aluguéis de imóveis - refere-se ao pagamento de aluguéis dos imóveis no valor de R\$10.137 em 31 de dezembro de 2024 (R\$9.096 em 31 de dezembro de 2023), que funcionam como centro de manutenção das máquinas, os quais são propriedades de parte dos acionistas controladores da Companhia (nota explicativa nº 11.2 - Arrendamento Mercantil de Direito de Uso). Em 2024, as remensurações correspondem somente à atualização monetária dos contratos.
- (e) A remuneração dos diretores da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$7.041 (R\$7.397 em 31 de dezembro de 2023), considerada benefício de curto prazo, registrada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” no resultado do exercício.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

22.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real na Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A seguir é apresentada a conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social calculados pela alíquota nominal prevista na legislação tributária e a respectiva despesa lançada no resultado do período:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	212.788	198.835	225.843
(x) Alíquota nominal	34%	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(72.348)	(67.604)	(76.786)
Efeitos das adições (exclusões) permanentes no cálculo dos tributos			
(-) Custos e despesas indedutíveis	-	(1.818)	-
(+/-) Outras diferenças permanentes	(5.546)	6.058	946
(-) JCP recebidos de controlada	(445)	-	-
(+) Equivalência patrimonial	10.111	-	-
(+)JCP	25.636	27.812	25.636
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(42.591)	(35.552)	(50.204)
Correntes	-	-	(9.862)
Diferidos	(42.591)	(35.552)	(42.342)
Total	(42.591)	(35.552)	(50.204)
Alíquota efetiva	(20%)	(18%)	(22%)

22.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<u>Ativo</u>			
Ajuste a valor presente de contas a receber	977	-	977
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	25.883	16.065	25.883
Provisão de notas fiscais de fornecedores	-	6.170	-
Prejuízo fiscal e base negativa	744.255	435.642	748.699
Provisão para bonificação de executivos e funcionários	7.387	26.626	7.387
Provisão para contingências	1.300	166	7.793
Realização da mais valia Terram	5.384	-	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros de aquisição	3.538	-	3.538
Efeitos CPC06 - IFRS 16	7.893	4.869	7.893
Total	796.617	489.538	802.170
(x) Alíquota vigente	34%	34%	34%
Diferidos ativos	270.850	166.443	272.738
<u>Passivo</u>			
Diferença depreciação fiscal e econômica	1.270.864	828.822	1.270.864
Amortização de ágio de controladas	33.835	18.302	33.835
Provisão de receita de serviços prestados	-	-	6.849
Total	1.304.699	847.124	1.311.548
(x) Alíquota vigente	34%	34%	34%
	443.598	288.022	445.926
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	172.747	121.579	173.187

b) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Saldo líquido de IR/CS diferido no início do exercício	121.580	86.028	121.580
Ajuste a valor presente de contas a receber	(332)	-	(332)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.338)	(3.672)	(3.338)
Contas a pagar de fornecedores	2.098	(2.098)	2.098
Prejuízo fiscal e base negativa	(104.298)	(72.845)	(104.928)
Prejuízo fiscal e base negativa de incorporada	-	1.116	-
Provisão para bonificação de executivos	6.541	(2.419)	6.541
Provisão para contingências	(386)	(56)	(2.593)
Efeitos CPC06 - IFRS 16	(1.028)	(660)	(1.028)
Diferença depreciação fiscal e econômica	150.294	109.962	150.294
Realização da mais valia da combinação de negócios	(1.831)	-	-
Amortização de ágio de investimento	5.281	6.224	5.281
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros de aquisição	(1.203)	-	(1.203)
Receita diferida	-	-	2.329
Saldo líquido de IR/CS diferido no fim do exercício	172.748	121.580	174.701
Saldo de controlada Terram	-	-	(5.661)
Saldo líquido de IR/CS diferido no fim do exercício	172.749	-	169.040
Valor reconhecido no resultado	42.591	35.552	50.204
Valor reconhecido em balanço	8.577	-	8.577

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Locação de equipamentos e prestação de serviços	1.678.204	1.380.283	1.810.514
Venda de máquinas e peças novas	2.262	2.470	2.261
Venda de imobilizados usados	136.525	111.094	138.485
Receita operacional bruta	1.816.991	1.493.847	1.951.260
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(176.658)	(132.880)	(185.291)
Receita operacional líquida	1.640.333	1.360.967	1.765.969
COFINS	(122.349)	(96.814)	(124.563)
PIS	(26.563)	(20.647)	(27.043)
ICMS	(587)	(218)	(587)
ISS	(27.159)	(15.201)	(33.098)
Total dos impostos sobre vendas	(176.658)	(132.880)	(185.291)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<u>Custos</u>			
Pessoal	522.088	344.473	551.966
Depreciação e amortização	172.593	174.405	177.798
Insumos, peças e serviços de manutenção	99.141	72.548	115.844
Custo na venda ou baixa de imobilizado	115.384	76.258	115.780
Combustível e custos de transporte	38.225	36.208	42.699
Locações e infraestrutura de TI	14.663	7.573	15.586
Custos de frota	15.267	14.665	15.267
Custos de imóveis	10.444	2.075	10.444
(+/-) Outros custos	(6.409)	5.932	5.964
Total	<u>981.396</u>	<u>734.137</u>	<u>1.051.348</u>
<u>Despesas</u>			
Pessoal	81.192	95.496	90.408
Depreciação e amortização	21.144	11.247	25.680
Despesas administrativas e comerciais	30.250	26.562	34.354
Atualização earn-out	1.098	-	1.098
Atualização de Compromisso de Opções - Put	2.440	-	2.440
Locação de softwares	15.898	20.147	15.898
Despesas com assessores	9.404	7.639	10.643
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.819	9.270	9.819
Outras (receitas) despesas, líquidas	974	1.382	1.229
Total	<u>172.219</u>	<u>171.743</u>	<u>191.569</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Rendimentos de aplicação financeira	111.670	96.213	111.735
Outros	4.301	2.843	5.780
Total	<u>115.971</u>	<u>99.056</u>	<u>117.516</u>
	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Juros sobre empréstimos e financiamentos (*)	345.965	303.979	345.965
Atualização monetária sobre contas a pagar	2.303	5.565	2.303
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de empresa	3.734	-	3.734
Juros sobre arrendamento de direito de uso	11.741	10.340	11.808
Juros sobre fornecedores convênio	46.331	33.165	46.331
Outras	4.183	2.258	4.585
Total	<u>414.257</u>	<u>355.307</u>	<u>414.726</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

A Companhia não possui transações que afetem a diluição do lucro.

	Controladora e Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
<u>Numerador</u>		
Lucro líquido do período (a)	170.197	163.283
<u>Denominador (em milhares de ações)</u>		
Média ponderada de número de ações	346.255	346.016
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(337)	(333)
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	345.918	345.683
Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b)	0,49	0,47
<u>Denominador (em milhares de ações)</u>		
Média ponderada de número de ações	346.255	346.016
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(337)	(333)
Média ponderada de número de ações outorgadas	-	91
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	345.918	345.775
Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c)	0,49	0,47

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações demonstrados na nota explicativa nº 20.2 - Patrimônio Líquido, Reserva de Capital letra b.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Categorias de instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado
	Categoria	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amort.	175.448	254.405	210.912
Aplicações financeiras	Custo amort.	430.575	475.190	430.575
Contas a receber de clientes	Custo amort.	518.514	325.596	562.227
Partes relacionadas	Custo amort.	16.787	-	-
Opção de compra sobre participação minoritária	Valor justo	17.866	-	17.866
Total		1.159.190	1.055.191	1.221.580
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores e fornecedores convênio	Custo amort.	426.222	396.304	429.820
Empréstimos e financiamentos	Custo amort.	2.387.119	2.050.087	2.394.903
Arrendamento mercantil de direito de uso	Custo amort.	87.113	86.633	88.670
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	-	403
Contas a pagar por aquisição de empresas	Custo amort.	56.845	18.087	56.845
Contas a pagar por aquisição de empresas - earn-out	Valor justo	11.457	-	11.457
Contas a pagar por aquisição de empresas - put	Valor justo	56.567	-	56.567
Total		3.025.323	2.551.111	3.038.663

27.2. Riscos financeiros e cambiais

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos de crédito e liquidez. Para assegurar que se tenha caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez.

A Companhia não realiza transações relevantes com fornecedores estrangeiros. Não há exposição a riscos de câmbio em 31 de dezembro de 2024.

27.3. Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência disso, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI e SELIC e essa exposição está apresentada na nota explicativa nº16 - Empréstimos e Financiamentos.

A sensibilidade ao risco de aumento na taxa CDI e SELIC, que afetaria as despesas financeiras da Companhia, estão abaixo demonstradas, considerando os cenários com aumento de 25% a 50% da taxa CDI, tendo como base a taxa SELIC ao fim de dezembro de 2024 no patamar de 12,25%, conforme divulgado no site Banco Central.

	Saldo 31/12/2024	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa do CDI médio para os próximos 12 meses		12,25%	15,31%	18,38%
Empréstimos e financiamentos não indexados a CDI e SELIC	451.940	507.302	521.143	534.983
Empréstimos e financiamentos indexados a CDI e SELIC	1.144.922	1.285.175	1.320.238	1.355.301
Contas a pagar por aquisição de empresas indexados a CDI	124.869	140.165	143.990	147.814
Subtotal	1.721.730	1.932.642	1.985.370	2.038.098
Aplicações financeiras	(430.575)	(483.320)	(496.507)	(509.693)
Exposição líquida	1.291.155	1.449.322	1.488.863	1.528.405

Gestão de risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais impactos decorrentes da inadimplência de seus clientes e visando diversificação de suas operações. Nenhum cliente isoladamente contribuiu com mais de 10% da receita operacional líquida.

Gestão de risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas periodicamente pela Administração.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados (valor nominal com juros futuros):

Controladora	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores e fornecedores convênio	470.734	-	-	-	470.734
Empréstimos e financiamentos	30.273	33.640	2.854	2.466.750	2.533.517
Contas a pagar por aquisição de empresas	16.807	29.307	-	71.935	118.049
Arrendamento de direito de uso	18.775	16.939	14.488	137.961	188.163
Consolidado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores e fornecedores convênio	474.331	-	-	-	474.331
Empréstimos e financiamentos	31.231	34.557	3.477	2.467.309	2.536.573
Contas a pagar por aquisição de empresas	16.807	29.307	-	71.935	118.049
Arrendamento de direito de uso	19.311	18.418	14.488	137.961	190.179

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a prática de contratar cobertura de seguros por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

	Controladora e Consolidado Cobertura
Bens de Ativo Imobilizado	20.350
Transporte	400.000
Causas Cíveis	45.200
D&O	70.000
Responsabilidade Civil	204.833

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações que não afetaram o caixa estão demonstradas no quadro a seguir:

Classificação na Demonstração Financeira	Rubrica	Nota Explicativa	Natureza da Transação	Controladora		Consolidado
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Ativo	Imobilizado - Arrendamento de direito de uso	10.2	Efeitos do IFRS 16 Rescisão Contratual	9.201	18.043	10.872
Passivo	Imobilizado	10.1		9.201	18.043	10.872
Passivo	Fornecedores convênio	12.2	Fornecedores convênio	372.366	389.720	372.366
Ativo	Imobilizado	10.1		372.367	389.720	372.367
Patrimônio Líquido	Plano para pagamento baseado em ações	16.2 b	Exercício de Opções de Ações	1.339	3.297	-
Patrimônio Líquido	Ações em tesouraria	16.4		1.339	3.297	-
Ativo	Impostos Diferidos - Prejuízo Fiscal	18.2 b	Parcelamento de Tributos	8.577	-	8.577
Passivo	Parcelamento de tributos - Federal	14.2		8.577	-	8.577
Ativo	Contas a Receber - PCLD	5.3	PCLD - Perda Efetiva	715	1.602	-
Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	-		715	1.602	-
Ativo	Total dos ativos	-	Saldos iniciais de ativos e passivos na aquisição da Terram	-	-	83.840
Passivo	Total dos passivos	-		-	-	83.840

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. e Controlada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “International Financial Reporting Standards - IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação de máquinas, notadamente no período de competência de corte ou na efetiva prestação do serviço de locação de máquinas

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada possuem receita majoritariamente da prestação de serviços e locação de máquinas. Os dados para reconhecimento da receita são incluídos no sistema de forma manual, bem como a receita é registrada quando da emissão da nota fiscal de venda dos serviços prestados; tal procedimento requer controles da Administração para: (i) apuração do ajuste da receita entre o período efetivo da prestação de serviço e a data de emissão do documento fiscal; e (ii) certificação dos valores a serem reconhecidos em consonância com os contratos pactuados.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume de contratos e o processo de captura de medição do serviço prestado dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos controles internos da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas com prestação de serviço; (ii) avaliação dos sistemas e mecanismos utilizados no processo com a participação de especialistas internos em tecnologia; (iii) verificação, por amostragem, das documentações-suporte dos serviços de locação realizadas no exercício; (iv) teste de reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação-suporte, tais como medição e vencimentos dos contratos realizados com os clientes dentro da competência correta; (v) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas; e (vi) análise das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e o reconhecimento da receita, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições

futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. APRESENTAÇÃO

Em reunião realizada em 10 de maio de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram a criação do nosso comitê de auditoria ("Comitê de Auditoria") e elegeram seus membros.

O Comitê de Auditoria é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria. Os objetivos do Comitê de Auditoria são avaliar continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando as exposições de risco da Companhia.

O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes; e (iii) o mesmo membro do comitê de auditoria poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (i) e (ii) acima.

A atual configuração do Comitê de Auditoria da Companhia foi eleita em 02 de maio de 2022 e é composta pelos Srs. Evandro Luis Rezera, Eduardo Georges Chehab e Gustavo Massami Tachibana.

2. ATRIBUIÇÕES

As principais atribuições do Comitê de Auditoria, nos termos do seu Regimento Interno, são:

- opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
 - avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a política de gerenciamento de riscos da Companhia, bem como acompanhando e supervisionando o processo de contratação de serviços e terceirizados, garantindo o cumprimento das diretrizes de compliance e integridade estabelecidas;
 - avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
 - possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- disseminar a cultura Ética e de Conformidade, dirimir dúvidas e prestar orientações acerca do cumprimento das políticas da Companhia pelos empregados, colaboradores e fornecedores;
- acompanhar, exigir e zelar pelo fiel cumprimento, pela Companhia, seus administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a todas as principais leis e normas aplicáveis aos seus negócios e atividades, incluindo, dentre outros, (a) as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), (b) o Regulamento do Novo Mercado da B3; (c) a Lei Anticorrupção Brasileira, e (d) regras, manuais internos e políticas da Companhia;
- investigar e apurar os casos de violação das disposições previstas no Código de Conduta e Ética da Companhia, bem como em relação àquelas previstas nas demais regras, manuais internos e políticas vigentes, podendo recomendar sanções disciplinares cabíveis, devendo ainda resolver os conflitos pertinentes às matérias de sua competência que não estejam previstos no Código de Conduta e Ética ou nas regras, manuais internos e políticas da Companhia, incluindo, sem limitação, quaisquer suspeitas de (a) inobservância de normas legais, regulamentares e internas que coloquem em risco as atividades, negócios, reputação e resultados operacionais da Companhia; e (b) fraudes cometidas por empregados da Companhia ou terceiros em relação aos bens ou atividades da Companhia; e
- emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas da Companhia quando julgar necessário ou por solicitação do Conselho de Administração, diretoria ou gerências da Companhia.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, trimestralmente, ou, extraordinariamente, sempre que convocadas a pedido de qualquer membro do Comitê ou do Conselho. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Comitê reuniu-se em 4 reuniões ordinárias, além de reuniões extraordinárias juntamente à área de Auditoria Interna da Companhia, subordinada ao Comitê, com periodicidade quinzenal ou semanal. Os principais assuntos discutidos, bem como as recomendações feitas ao Conselho de Administração da Companhia, foram:

a) Demonstrações Financeiras e Outras Divulgações

- Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia e do Formulário de Informações Trimestrais referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2024 (1T24), 30 de junho de 2024 (2T24) e 30 de setembro de 2024 (3T24); e
- Análise e recomendação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (DF2024).

b) Eventos Societários

- Análise e recomendação ao Conselho de Administração para aprovar a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ocorrer em 30 de abril de 2025, incluindo, sem limitação, as seguintes deliberações: (i) tomar as contas dos Administradores e aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) aprovar a proposta da Administração de tomar as contas dos Administradores; (iii) aprovar a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos; e (iv) fixar o montante da remuneração anual global da Administração para o exercício de 2025.

c) Controles internos, Gestão de riscos e Compliance

- Revisão anual da Matriz de Riscos Corporativos da Companhia, com vistas a priorizar as auditorias e revisões dos controles internos;
- Acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos, mapeamento de processos, monitoramento quanto à efetividade dos controles internos e dos indicadores chaves da Companhia; e
- Avaliação e discussão dos principais riscos da Companhia, seus efeitos e probabilidade de realização, bem como planos de mitigação.

d) Código de Conduta e Ética e Canal de Denúncias

- Acompanhamento das denúncias recebidas pelos canais, bem como das providências tomadas pela Administração;
- Acompanhamento das métricas de denúncias recebidas e apuradas por tipo, área e localidade; e
- Acompanhamento das ações de divulgação e treinamento em relação ao Código de Ética e Conduta.

e) Auditoria Interna

- Análise de relatórios de auditoria interna que abrangem as constatações identificadas e os correspondentes planos de remediação.

f) Acompanhamento de Projetos Relevantes

- Acompanhamento dos principais projetos da Companhia, notadamente a implantação de nova versão de software ERP.

4. CONCLUSÕES

Os integrantes do Comitê de Auditoria, no cumprimento de suas responsabilidades, analisaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Após análises, estudos e discussões realizadas ao longo das reuniões e do acompanhamento realizado pelo Comitê, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros afirmam que não encontraram problemas no envio desses documentos para serem avaliados pelo Conselho de Administração da empresa, com a recomendação posterior de aprovação aos acionistas em uma Assembleia Geral.

São Paulo, 24 de março de 2025

Nome: Evandro Rezera

Cargo: Membro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria

Nome: Gustavo Massami Tachibana

Cargo: Conselheiro de Administração e Membro Independente

Nome: Eduardo Georges Chehab

Cargo: Membro Independente

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Armac Locação, Logística e Serviços S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Edifício Jatobá, Conjunto 601 e 602, Castelo Branco Office Park, Tamboré, no município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, inscrita no CNPJ sob nº 00.242.184/0001/04, no exercício de suas atribuições legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, recomendando, portanto, sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 24 de março de 2025

Nome: Evandro Rezera

Cargo: Membro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria

Nome: Gustavo Massami Tachibana

Cargo: Conselheiro de Administração e Membro Independente

Nome: Eduardo Georges Chehab

Cargo: Membro Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as Demonstrações Financeiras Padronizadas relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Barueri, 24 de março de 2025.

Fernando Pereira Aragão
Diretor Presidente

Marcos Pinheiro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório de revisão do auditor independente, Deloitte Touche Tohmatsu, sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Barueri, 26 de março de 2025.

Fernando Pereira Aragão
Diretor Presidente

Marcos Pinheiro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores